

FERNANDA CUNHA SOUSA

**A ALTERNÂNCIA ENTRE O PRETÉRITO IMPERFEITO E FUTURO
DO PRETÉRITO NA EXPRESSÃO DA HIPÓTESE**

**JUIZ DE FORA
2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**A ALTERNÂNCIA ENTRE O PRETÉRITO IMPERFEITO E FUTURO
DO PRETÉRITO NA EXPRESSÃO DA HIPÓTESE**

FERNANDA CUNHA SOUSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. MÁRIO ROBERTO LOBUGLIO ZÁGARI

**JUIZ DE FORA
2007**

FERNANDA CUNHA SOUSA

A ALTERNÂNCIA ENTRE O PRETÉRITO IMPERFEITO E FUTURO DO
PRETÉRITO NA EXPRESSÃO DA HIPÓTESE

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LINGÜÍSTICA.

Aprovada por:

Prof. Dr. Mário Roberto Lobuglio Zágari - UFJF
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Lobo Name - UFJF

Prof^a. Dr^a. Célia Regina dos Santos Lopes - UFRJ

JUIZ DE FORA, MG
2007

AGRADECIMENTOS

A toda a minha família e, especialmente, à minha irmã Mayara, pelo carinho e pelo apoio.

Ao Marco, meu marido, dedicado incentivador.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação da UFJF.

Ao Prof. Mário Roberto Lobuglio Zágari, grande orientador.

Às Professoras Cândida Georgopoulos e Neiva Ferreira, amizade irrestrita.

A Eliana dos Santos Rangel e Christiano Pereira Almeida, colegas de Mestrado, inestimáveis interlocutores.

A meus alunos de graduação.

Aos alunos do Colégio de Aplicação João XXIII, do Colégio Redentor/Academia de Comércio e da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora pela colaboração no estabelecimento do *corpus* da pesquisa.

A Angelisa da Silva, assistente social do Colégio de Aplicação João XXIII, pelos dados sobre as condições socioeconômicas dos seus alunos.

A Ana Paula dos Santos Rangel, integrante do projeto “Dalém-mar terras do ouro: homens ricos nos caminhos das minas”, coordenado pela Professora Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida, do laboratório de História Econômica e Social da UFJF (LAHES), pela cessão dos textos do séc. XVIII.

À FAPEMIG pela bolsa recebida e pelo apoio financeiro que tem dado aos programas de pós-graduação.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Confia ao Senhor a tua sorte,
Espera nEle e Ele agirá.
Como a luz, fará brilhar a tua justiça,
E como o sol do meio-dia o teu
direito.”

(Sl. 36, 5-6)

(Bíblia Sagrada. 62 ed. São Paulo, Ed. Ave
Maria, 1988).

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a alternância entre o pretérito imperfeito e do futuro do pretérito do indicativo em textos escritos, num *corpus* constituído de duas partes: a primeira com excertos de correspondências entre a Coroa Portuguesa e autoridades da Coroa no Brasil durante o século XVIII; a segunda de redações produzidas por alunos da segunda série do ensino médio dos Colégios Academia de Comércio e João XXIII, durante o ano de 2006. Num segundo momento da pesquisa, ampliamos a proposta com redações de alunos do 2º e 8º períodos do Curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Por último, selecionamos alguns trechos de produções das diferentes séries analisadas e montamos um questionário, proposto a vários professores de Língua Portuguesa, no qual esses profissionais deveriam indicar qual (quais) correção (ões) fariam nos referidos trechos; mas não indicamos o foco da pesquisa, a fim de não influenciá-los. Esse questionário visava verificar qual tem sido a tendência de comportamento da escola com relação ao fenômeno estudado.

A análise do material obtido foi feita com base nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, focalizando os processos de expressão da hipótese por meio dos tempos verbais acima citados, e levando em consideração fatores como sexo, escolaridade, situação sócio-econômica dos alunos, bem como o contexto de produção.

No material estudado, a ocorrência do imperfeito do indicativo com idéia de continuidade prevalece, tanto nas correspondências do século XVIII quanto nas redações produzidas no ano de 2006; mas há sinais de alternância entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito para expressar hipótese. Como esta, embora não sendo a forma preconizada pela norma padrão de nossa língua, é amplamente usada em contextos mais informais (especialmente nos orais), somos levados a pensar esse fenômeno, não como uma competição entre formas das quais uma prevaleceria, mas como uma penetração da linguagem oral na expressão escrita, um traço de informalidade que, na fluidez da produção textual, passa à linguagem escrita, sem que haja prejuízo na informação transmitida.

A mudança aqui reside na modalidade utilizada. Acreditamos que o fato de já encontrarmos oscilação entre esses usos em textos escritos tidos como formais seja um indicativo de tendência à mudança – com a prevalência do uso do imperfeito para expressar o irreal –, caso o valor agregado ao futuro do pretérito deixe de ser disseminado pelos veículos reguladores de língua padrão. Porque, conforme observamos, o referido emprego ainda é visto como impróprio por parte da maioria dos professores que responderam a pesquisa, o que nos leva a acreditar que essa atitude seja o que mantém – e manterá enquanto a escola continuar a exercer seu papel de transmitir a linguagem padrão – o uso freqüente do futuro do pretérito nesse contexto, impedindo (ou, ao menos, retardando) o avanço do uso da primeira forma na referida posição. O uso da segunda forma, que percebemos também freqüente na linguagem escrita, é um forte indicativo de tendência à mudança.

ABSTRACT

This project has the of analyzing the alternance between the uses of Past Imperfect tense and Future of Past tense in written texts, in a corpus formed by two parts: the first one with excerpts of correspondences between Portuguese Crown and authorities from the Crown in Brazil during the century XVIII; the second one with redactions produced by sixty grade of fundamental education students and by second grade of high school students from Academia do Comércio school and João XXIII School during the first semester of 2006. On a second moment of the research, we applied the proposition with redactions of students from the second and the eighth periods of Letters Course from Juiz de Fora Federal University.

At last, we selected some streches of production of the different grades analysed and we monted a specie of questionnaire that was applied to Portuguese Teachers. These professionals would indicate which corrections they would do on this streches, but we did not indicate what was the focus of the research for not to influence then this questionnaire intended to verify what have been the tendency of school comportment in relation to the studied phenomenon.

The analyse of the obtained material will be realized based on theoric presupposed of Varicionist Socilinguistic, and will be focalized the processes of expression of hypothesis through the mentioned verbal tenses, considering factors like: sex, scholar level, students' socio-economic situation and the production context.

Prevails as in correspondences of century XVIII as in redactions produced in 2006; but there are signs of alternance between Past Imperfect tense and Future of Past tense to express hypothesis. Like that, although is not being the form licentied by the model form of our language, is amply used in more informal contexts (especially in the orals), we are induced to think that this phenomenon, not as a competition between forms that one would prevail, a penetration of oral language on written expression, a trace of informality that, on the fluidity of textual production, pass to the written language, without damage on the transmitted information. The related change resides on the used modality.

This, while the school continues to practice your responsibility of trans mite of model language. But we believe that the fact of we have found already the oscilation between this uses in form written tests in an indicative of tendency to change – with the prevalency of the use of Past Imperfect tense to express the unreality - , if the value aggregated to Future of Past tense let to be disseminated by regulator vehicles of model language. Because, as we observed, the related use is still be seen as inappropriate by the majority of teachers who answered the research, what let us to believe this attitude is what maintains – and will maintain while the school continues to practice its function of transmit the modal language– the frequent use of Future of Past tense in that context, delaying (or, at least, retarding) the progress of the use of the first form on the related position. The use of the second form, that we perceive that is frequent on written language too, is a strong indicative of tendency to change.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DESENVOLVIMENTO	16
2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	17
2.1.1 Do latim ao português – a evolução de tempos verbais	21
2.1.2 O porquê das mudanças	25
2.2 A EXPRESSÃO DA HIPÓTESE NO LATIM CLÁSSICO E NO LATIM VULGAR	25
2.2.1 A expressão da hipótese e a cronologia do português	29
2.2.2 A expressão da hipótese no português atual	34
2.2.2.1 Oralidade versus escrita.....	35
2.2.2.2 Papel da escola no processo de mudança	37
3 A EXPRESSÃO DO TEMPO EM PORTUGUÊS	39
4 A EXPRESSÃO DO ASPECTO EM PORTUGUÊS	42
4.1 NOÇÕES NÃO-ASPECTUAIS, MAS LIGADAS AO ASPECTO	44
4.2 OS ASPECTOS EXPRESSOS PELO PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO	45
4.2.1 A neutralização da noção de aspecto no pretérito imperfeito	48
4.3 O ASPECTO E O FUTURO DO PRETÉRITO	49
4.4 O ASPECTO E OS TEMPOS DO SUBJUNTIVO	49
4.5 A EXPRESSÃO DO ASPECTO E A NOÇÃO DE FUTURIDADE	50
5 A IMPORTÂNCIA DAS NOÇÕES DE MODO E DE MODALIDADE	51
5.1 INDICATIVO <i>VERSUS</i> SUBJUNTIVO	55
5.2 PRETÉRITO IMPERFEITO <i>VERSUS</i> FUTURO DO PRETÉRITO	55
5.3 O QUE OS TEMPOS EM QUESTÃO TÊM EM COMUM	59
5.3.1 Razões que poderiam explicar o uso de um tempo verbal por outro	62

5.3.2 A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito na expressão da hipótese	64
6 ANÁLISE DOS DADOS SELECIONADOS	66
6.1 CORRESPONDÊNCIAS ENTRE A COROA PORTUGUESA E A COLÔNIA	66
.....66	
6.2 TEXTOS DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	73
6.2.1 Textos dos alunos do Colégio Cristo Redentor/Academia de Comércio	74
6.2.2 Textos dos alunos do Colégio de Aplicação João XXIII	77
6.3 TEXTOS DOS ALUNOS DA UFJF	80
6.3.1 Textos de alunos do 2º período do curso de Letras	80
6.3.2 Textos de alunos do 8º período do curso de Letras	83
6.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS A PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA	84
6.5 FREQUÊNCIA DA OCORRÊNCIA DOS DADOS ANALISADOS.....	87
7. CONCLUSÃO	92
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
9. ANEXOS	99

ABREVIATURAS

Na análise dos usos dos tempos verbais foram utilizadas as seguintes abreviaturas:

ICF: imperfeito do indicativo usado para expressar hipótese (imperfeito como futuro do pretérito);

PI: imperfeito do indicativo com idéia de continuidade (uso considerado padrão para o imperfeito);

PF mod.: futuro do pretérito usado para amenizar ordem ou pedido (modalizador);

PF: futuro do pretérito usado para expressar hipótese;

ICF limít.: caso limítrofe entre o imperfeito do indicativo usado para expressar hipótese (ICF) e a indicação de fato passado com extensão no tempo (PI);

PF limít.: caso limítrofe entre o futuro do pretérito usado para expressar hipótese (PF) e a indicação de modalização;

Na identificação das redações dos alunos participantes foram utilizadas as seguintes abreviaturas:

primeira letra maiúscula, indicando a inicial do nome do aluno que produziu a redação; f. (para indicar sexo feminino) ou m. (para sexo masculino).

p (para alunos oriundos de escola particular); pb (para oriundos de escola pública) ou m (para alunos de formação mista – que passaram por escolas públicas e particulares).

a (para indicar alunos cuja renda familiar fosse superior a 10 salários mínimos); b (entre 10 e 5 salários mínimos) ou c (abaixo de 5 salários mínimos).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo verificar a oscilação entre o uso do pretérito imperfeito e do futuro do pretérito do indicativo para expressar a hipótese¹. Para isso, utilizamos, num primeiro momento da pesquisa, redações produzidas durante o ano de 2006 por alunos da sexta série do ensino fundamental e segundo ano do ensino médio dos colégios Cristo Redentor/Academia de Comércio - instituição integrante da rede particular de ensino de Juiz de Fora - e Colégio de Aplicação João XXIII, instituição vinculada à Universidade Federal de Juiz de Fora. Usaremos como contraponto excertos de correspondências entre a Coroa Portuguesa e autoridades da Coroa no Brasil e/ou pessoas influentes nas vilas durante o século XVIII².

Outros colégios – tanto da rede particular quanto da rede pública - da cidade de Juiz de Fora foram procurados, mas, por mais que explicássemos a nossa intenção, encontramos grandes dificuldades em realizar qualquer tipo de pesquisa, devido ao temor por parte dos profissionais das redes escolares de que a pesquisa tivesse um caráter avaliador de ensino. Esse fato fez reduzir-se as possibilidades de aplicação de nossa pesquisa. Além dessa “redução”, tivemos que lidar ainda com alguma resistência entre os alunos de Letras que temiam – também – algum tipo de avaliação de nossa parte.

O interesse pela alternância entre esses tempos verbais surgiu ainda durante a graduação, quando desenvolvemos um trabalho, orientado pela Professora Cândida Leite Georgopoulos, sobre a evolução morfológica dos verbos, do Latim ao Português, percebendo as semelhanças e dessemelhanças entre suas formas. A partir daí tivemos um

¹ Optamos, neste trabalho, por não fazer distinção entre hipotético e condicional, pois, apesar de existirem vários estudos no sentido de estabelecer diferenças entre as duas noções, julgamos não ser necessário fazer o mesmo aqui, já que nosso foco de estudo visa à oposição entre o real e o irreal, e é, pois, neste sentido que usaremos o termo “hipotético”.

² Estes dados foram cedidos pelo projeto “Dalém-mar terras do ouro: homens ricos nos caminhos das minas”, coordenado pela Professora Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida, do laboratório de História Econômica e Social da UFJF (LAHES).

longo período de leituras e reflexões sobre as alterações, não só morfológicas, mas também semânticas, sobre como os falantes vão mudando, adaptando os tempos verbais e suas possibilidades de expressão às diferentes situações comunicativas, conforme o que pretendem expressar e como querem fazê-lo. Essas leituras e reflexões muito nos ajudaram a analisar os dados reais com os quais trabalhamos durante o desenvolvimento da presente dissertação.

Para fins de análise, optamos por fazer com que todas as produções dos referidos alunos obedecessem a uma mesma proposta, e que ela se encaixasse na rotina de trabalho das escolas. E escolhemos como tema a inclusão social dos portadores de deficiência. O ponto de partida foi uma reportagem feita pela Revista Nova Escola do mês de dezembro de 2005, intitulada “Uma sala confortável e inclusiva”; apenas adequamos às diferentes séries, o gênero de produção a ser pedido de acordo com orientações dos colégios participantes. Assim, para a sexta série do ensino fundamental, o gênero da produção foi o texto narrativo; para o segundo ano do ensino médio, o argumentativo³.

Essas propostas foram desenvolvidas conforme o decidido em reuniões com os professores dessas séries, a fim de que nosso trabalho se adequasse à rotina de produção desses alunos (e de seus colégios), e para que o resultado final fosse o mais próximo possível dessa rotina. Pelo mesmo motivo, optamos por pedir àqueles professores que aplicassem o trabalho, desenvolvido em sala de aula sem o nosso acompanhamento, evitando, assim, qualquer eventual constrangimento, oriundo da presença de um estranho no ambiente de sala de aula, ou o temor da possibilidade de avaliação por alguém “de fora” daquele grupo estabelecido.

Mas há, sem dúvida, um contexto formal, inerente a uma sala de aula. Além da presença do professor, – que, apesar do momento crítico que estamos vivendo, constitui

³ Seguem em anexo as cópias das propostas apresentadas às duas séries dos dois colégios.

ainda uma autoridade –, os alunos sentem-se avaliados constantemente, muito disso em virtude do papel permanentemente atribuído à escola em nossa sociedade. Não podemos nos esquecer de que, ao produzir um texto em sala de aula, o estudante tem um leitor específico em mente, para quem o aluno se sente obrigado a demonstrar certo nível de conhecimento e domínio do padrão de língua escrita. Há sempre uma preocupação clara em mostrar desenvoltura para se comunicar, visando, além de causar boa impressão ao professor e de construir uma identidade como aluno responsável e capaz, a obtenção de boas notas – argumentos que efetivamente sustentarão essa identidade construída não só dentro da instituição de ensino, mas também perante a família e demais círculos sociais.

Com a opção adotada para a aplicação da proposta montada para esse estudo, pretendemos fazer com que a força exercida sobre essa situação comunicativa seguisse os padrões considerados normais para uma interação social desse *script*: interação entre professor de língua materna e aluno em sala de aula, com todas as noções de hierarquia e avaliação presentes comumente nesse tipo de situação.

Como os dados da primeira parte de nossa pesquisa nos apresentaram informações opostas ao que esperávamos inicialmente, as propostas dirigidas ao ensino médio foram aplicadas, num segundo momento, também a alunos do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

As correspondências datadas do século XVIII têm, como assunto, o problema que ganhava grandes proporções na colônia naquela época: a questão dos negros. Trata-se de seis textos, de autores diferentes, escritos entre 07 de outubro de 1732 e 16 de junho de 1762.

No Colégio Academia de Comércio, o volume inicial de dados foi de 28 redações da sexta série e 48 do segundo ano; no Colégio de Aplicação João XXIII tivemos 26

redações da sexta série e 28 do segundo ano. Na UFJF, recolhemos 17 redações do 2º período e 6 do 8º período, perfazendo um total de 153 redações, dentre as quais, mais tarde, foram selecionadas para análise mais aprofundada, aquelas em que se apresentou o fenômeno estudado.

Tanto entre as produções dos alunos da sexta série do ensino fundamental do Colégio Academia de Comércio quanto do Colégio de aplicação João XXIII não foram registradas ocorrências do fenômeno aqui estudado. Acreditamos que isso se deva, ao menos em parte, ao fato de – em virtude do cronograma de um dos colégios colaboradores – não termos podido aplicar propostas de textos argumentativos a esses alunos, mas somente aos alunos do 2º ano do ensino médio. Por isso, optamos por descartar de nossa pesquisa os dados obtidos com as produções dos alunos de sexta série do ensino fundamental, ficando apenas com as redações do 2º ano do ensino médio e do 2º e 8º períodos de Letras, bem como as correspondências do século XVIII pelo caráter argumentativo presente nessas produções.

Numa primeira análise no volume inicial de redações, selecionando aquelas em que se verificava o uso dos tempos verbais de interesse para a pesquisa, o volume de produções a serem analisadas foi de: 4 correspondências datadas do século XVIII; 15 redações do segundo ano do Colégio de Aplicação João XXIII; 15 redações do segundo ano do Colégio Academia de Comércio; 8 redações do 2º período e 6 do 8º período do curso de Letras da UFJF, o que perfaz um total de 48 produções.

Gostaríamos ainda de frisar – mais uma vez – que este trabalho não fará nenhum juízo de valor sobre as redações trabalhadas e textos que, de acordo com nossa necessidade, forem citados. A identidade dos autores das redações será preservada, fazendo-se referência a eles somente por meio das iniciais de seus nomes.

2 DESENVOLVIMENTO

Algumas variáveis foram destacadas para este estudo; isto não significa, entretanto, que ignoremos a complexidade presente na atuação simultânea da rede de fatores que interagem na variação lingüística. O contexto é importantíssimo, mas, para efeito de estudo, somos obrigados a fazer determinados recortes.

De acordo com Mollica (2004, pp. 27-31), fatores como idade, sexo e escolaridade devem ser considerados sim, mas em conjunto com fatores contextuais, como grau de informalidade e tensão discursiva. A autora defende que os padrões lingüísticos devem ser compreendidos também por sua natureza dinâmica. Conjugando a relação do falante com os produtos sociais e culturais, sua posse de bens materiais e suas expectativas em relação ao futuro, com as variáveis mais convencionais, pode-se chegar a variáveis mais refinadas que permitam detectar tendências a divergências no interior da mesma comunidade de fala, o que, de acordo com a nossa pesquisa, tem sua relevância garantida.

Se, portanto, não podemos negar a importância da vivência social na construção da linguagem, não podemos também negar a importância de se levar em conta os fatores extralingüísticos na construção do discurso do indivíduo. Pois, se cada elemento do grupo social trabalha com os padrões sociais de uma maneira particular, de acordo com suas vivências, temos que admitir que pessoas que compartilhem dados, como os acima citados, compartilhem maneiras de lidar com os eventos e os expressem similarmente em virtude de experiências semelhantes.

É claro que não podemos fazer desta teoria um “leito de Procusto”; mas devemos admitir que semelhanças entre as falas não devem ser ignoradas - principalmente se quisermos entender como esses subgrupos processam informações que perpassam não só por eles, mas pelo grupo maior da sociedade, constituído por vários outros subgrupos,

como também o será o diálogo entre eles e o que de seus locutores passará para o discurso em diferentes contextos discursivos e em diferentes momentos de sua vida.

Somos capazes de criar um mundo através da linguagem, de perspectivizar esse mundo, de criar hipóteses e transportar o outro para dentro do mundo criado, além de podermos referenciar em ausência, expressar noções de passado e futuro. O que vai diferir de contexto para contexto, de situação para situação é a forma como transportaremos o outro para esse universo criado, e isso implica o que pretendemos transmitir para esse interlocutor cúmplice da hipótese criada. É a contingência biológica que determina a percepção, a categorização dessa realidade. A experiência é base para o conhecimento, o contexto participa da construção da linguagem. Está quebrada a dualidade entre mente e corpo, cultura e biologia. É nessa mescla que se constitui a singularidade da espécie humana e, dentro da espécie, a singularidade de culturas diferentes, que lidam com o mundo de forma diferente e se comunicam de formas distintas.

2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Segundo Tarallo, o universo da língua “se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa (chamadas variantes lingüísticas) se enfrentam em duelo de contemporização por sua subsistência e coexistência” (1997, p. 05, 1º §). E uma importante questão a ser levantada é a relação entre língua e sociedade.

A Teoria da Variação Lingüística visa a analisar e a sistematizar variantes lingüísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. No meio social, coexistem variantes, e deve-se analisar o uso mais provável de uma ou outra (TARALLO, 1997, p. 6, 1º e 4º §).

O primeiro a trabalhar com a relação entre língua e sociedade e a possibilidade de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada foi William Labov, e o modelo de análise proposto por ele é denominado “sociolinguística quantitativa”, por operar com números e tratamento estatísticos dos dados coletados (TARALLO, 1997, p. 7-8).

De acordo com esse autor, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e, geralmente, aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade, enquanto as variantes inovadoras, na maioria das vezes, são não-padrão e estigmatizadas pelos membros da sociedade (TARALLO, 1997, p. 12). Mas isso parece não se verificar de forma tão marcada no fenômeno aqui estudado. Os falantes reagem naturalmente tanto a uma quanto a outra variante. É provável que o interlocutor considere positivamente aquele que utiliza em seu discurso o futuro do pretérito do indicativo, porque mostra uma fala de elevado prestígio social – o que não implica dizer que vá estigmatizar aquele que utiliza o imperfeito para a expressão da hipótese, tendo em vista o largo uso que se faz desta última forma, principalmente – parece-nos – em contextos informais de comunicação.

O autor aponta para a necessidade de se verificar até que ponto os textos de *media* – os meios de comunicação em massa – permitem a infiltração de variantes não-padrão (TARALLO, 1997, p. 58). Atualmente é comum o uso do imperfeito para expressar hipótese nos meios de comunicação, desde os mais informais - como a propaganda de uma rede de lojas de materiais de construção de Juiz de Fora, com o slogan: *Se eu fosse você, ia ao ABC* - até revistas e jornais de grande circulação. O que torna plenamente compreensível uma frase ouvida por nós, dentro de um ônibus, no dia 20 de setembro de 2005 a caminho da faculdade: um passageiro contava a outro um caso, ocorrido em sua residência, que muito o aborrecera; e terminava com a seguinte pergunta: *E se ele era seu filho, o que é que você fazia?* A construção dessa pergunta resume bem o processo de

variação a ser abordado, em que o falante usa, de forma condensada, o quadro verbal de que a língua dispõe e *substitui* tanto o imperfeito do subjuntivo esperado para a primeira oração – chamada de prótase condicionante – quanto o futuro do pretérito do indicativo previsto pela gramática tradicional para a segunda – chamada apódose condicionada⁴.

Mas isso não é novidade na nossa língua. De acordo com o estudo de Ângela Vaz Leão (1961), veremos mais adiante que já no Português arcaico há registros do fenômeno estudado.

No final do século XIX, Machado de Assis já fazia uso de tal recurso. Em sua série de crônicas intitulada *A semana*, por exemplo, para dar um tom mais informal ao discurso assume um registro mais coloquial e constrói seu texto da seguinte maneira:

*A rigor, devia acabar aqui; mas a notícia que acaba de chegar do Amazonas obriga-me a algumas linhas, três ou quatro*⁵. (31 de julho, p. 20, 1º §)

Câmara Jr. (2000 [1970]) aponta para esse uso *metafórico* do pretérito imperfeito para indicar modalmente a irrealidade, uma função que, apoiado em Jespersen, afirma caber naturalmente ao passado. E Câmara Jr. aponta outro trecho da referida série de textos de Machado de Assis:

*Eu, se fosse Presidente da República, promovia a reforma da Constituição para o único fim de chamar-me governador. Ficava assim um governador cercado de presidentes, ao contrário dos Estados Unidos da América do Norte, e fazendo lembrar Napoleão, vestido com moderna farda lendária, no meio dos seus marechais em grande uniforme*⁶ (CAMARA, 1967^a, p. 74-75 apud CAMARA, 1970, p. 100, 3º e 4º §).

Para Margarida Basílio,

⁴ Classificações de acordo com Leão (1961).

⁵ Grifo nosso.

⁶ Grifos nossos.

Embora possamos associar os significados das categorias gramaticais a algum tipo de organização presente no mundo físico, essa associação é fácil e dependente da língua em estudo. Não podemos esquecer que nossa decisão acerca de atribuir a um elemento morfológico uma significação ‘secundária’ ou gramatical’ é influenciada por sua ‘potencialidade distribucional’ (BASILIO, 1974b, *in*: ROSA, 2000, p. 116, 2º §).

Vale lembrar ainda que o falante pode alterar seu estilo de fala de acordo com o interlocutor, influenciando nisso fatores como a diferença de idade, a posição hierárquica desse interlocutor em relação ao falante ou mesmo a relação de intimidade entre ambos. Esses fatores são abarcados pelo que chamamos de polidez, que é vista como uma estratégia para manter a harmonia nas interações (BROWN e LEVINSON, 1978, *in*: MOLLICA e BRAGA, 2004, pp. 9-14) e que segue princípios que visam a construir e/ou a preservar a imagem dos interlocutores ligada à elegância, à educação, ao refinamento no trato social.

Esses princípios se atualizam com marcas que, muitas vezes, são absorvidas pela própria gramática das línguas, como partículas, tempos verbais ou ainda expressões verbais de indiretividade, podendo ser observadas nos atos de fala como pedidos, oferecimento, cumprimentos, etc.

Pedidos mais embaraçosos ou difíceis entre pessoas de posições hierárquicas diferentes, com menor grau de intimidade, por exemplo, podem levar ao emprego de estratégias mais indiretas que o futuro do pretérito traduz muito bem. Um exemplo:

*Professor, naquele dia da prova estava cheio de problemas. Eu me dei mal. Será que daria para o senhor me dar um trabalho?*⁷ (aluno para professor) (MOLLICA e BRAGA, p. 64, 1º §)

Em entrevistas, uma mudança repentina de assunto, a insistência em abordar um mesmo assunto, ou assuntos tidos como mais complexos ou embaraçosos podem ser considerados como situações *ameaçadoras de face* (BROWN e LEVINSON, 1978). Tem-se, nessas situações, a formulação de perguntas mais elaboradas, com uso de partículas

⁷ Grifo nosso.

atenuadoras, uso de vocativos, emprego de tempos verbais no passado ou no futuro do pretérito, como no exemplo:

*Quer dizer que se o senhor tivesse de dar assim, vamos dizer uma receita para como exercer uma liderança (...) que o senhor diria assim – Como se faz para a gente exercer uma liderança?*⁸ (MOLLICA e BRAGA, p. 64, 2º §)

Weedwood confirma que uma língua pode adquirir ou perder distinções gramaticais.

Em Portugal, o Futuro do Pretérito é muitas vezes expresso pelo Imperfeito do Indicativo (eu gostava de morar aqui, no lugar de gostaria), fenômeno que também se verifica no Brasil (se eu tivesse dinheiro, comprava um carro novo). O que era expresso por meio de um dispositivo gramatical pode vir a ser expresso por meio de outro (WEEDWOOD, 2002, p. 113, 1º §).

É um fato semelhante ao que atestamos acontecer também no Português do Brasil.

E talvez essa distinção de situações de uso seja uma das justificativas para que se mantenham vivas as duas formas, apesar de concorrerem em muitos contextos. Por isso, tais diferenças de *estilo* devem ser consideradas durante a análise dos dados.

Vamos iniciar a investigação recorrendo à história de nossa língua desde o Latim para fazer um encaixamento histórico do processo, voltando, em seguida, para analisar os dados colhidos.

2.1.1 Do latim ao português – a evolução de tempos verbais

De acordo com Cuesta e Luz (1971), a Língua Portuguesa tem um caráter conservador que se manifesta especialmente nos verbos, cuja configuração está mais próxima dos verbos latinos que a configuração da maior parte das chamadas línguas românicas.

⁸ Grifo nosso.

Assim, o Português mantém como herdeiros do Latim o infinitivo, o presente, o perfeito, o imperfeito e o pretérito mais-que-perfeito do indicativo, além do presente do subjuntivo⁹.

E mostra ainda a imperfeita junção que acontece nas formas do *futuro do indicativo e o condicional*¹⁰ romances na conjugação pronominal e reflexiva destes tempos, que intercalam o pronome entre o infinito e o auxiliar que lhes deram origem (*parti-lo-ei, levar-se-á, tê-la-íamos, queixar-me-ia*) (CUESTA e LUZ, 1971, p. 406, 1º §).

Na passagem para o Português, o futuro do perfeito do indicativo latino passou a futuro imperfeito do subjuntivo; e o mais-que-perfeito do subjuntivo, a imperfeito do subjuntivo, sendo ambos substituídos, respectivamente, por uma perífrase com o futuro do indicativo de *ter* ou *haver* e o imperfeito do subjuntivo dos referidos verbos e o particípio passado do verbo que se conjuga, como em *terei cantado*¹¹.

Perderam-se:

- o futuro do infectum, que foi substituído por uma perífrase com o infinitivo e o presente contraído do verbo *haver* (falar + hás > falarás; dever + hão > deverão);
- o imperfeito do subjuntivo, que foi substituído pelo mais-que-perfeito do mesmo modo;
- o perfeito do subjuntivo, substituído por uma perífrase com o presente do subjuntivo do verbo *ter* ou *haver* e o particípio passado do verbo que se conjuga;
- o futuro do perfeito do perfectum¹²;

⁹ Ver o quadro da evolução desses verbos em anexo.

¹⁰ Entenda-se Condicional – termo ainda usado em Portugal - como Futuro do Pretérito – termo atualmente adotado no Brasil.

¹¹ Ver o quadro da evolução desses verbos em anexo.

¹² Ver o quadro da evolução desses verbos em anexo.

- a passiva sintética dos tempos derivados do tema do presente, substituída por outra analítica com o auxiliar *ser*, como em *são amados*;

- o imperativo do futuro;

{cant – a – to}

{cant – a – to}

- o infinitivo perfeito, substituído por uma perífrase com o infinitivo de *ter* ou *haver* e o particípio do verbo que se conjuga, como em *ter visto*;

{cant – au – isse}

- o infinitivo futuro;

{cantaturum, -am, -um}

- o particípio do futuro, do qual conservamos raros vestígios, como *nascituro*, e o supino, que já vinha perdendo espaço mesmo no Latim, sendo substituído pelo infinitivo preposicionado.

{cantaturus, -a, -um}

O gerúndio, no ablativo, substituiu – em parte – o particípio presente, dando continuidade a uma competição que já se iniciara no Latim. O particípio presente, por sua vez, *migrou* em Português da categoria de verbo para a de nome, formando vários substantivos e adjetivos usados atualmente (como *ocidente*, *valente*).

Como o imperativo presente latino só tinha duas pessoas (tu e vós), recorremos ao subjuntivo quando queremos expressar essa idéia em relação a outras pessoas.

São criações do Português ainda de acordo com Cuesta e Luz (1971):

- o futuro do pretérito - formado perifrasticamente com o infinitivo do verbo e o imperfeito contraído do auxiliar *haver* - como em *louvar + íamos > louvaríamos*;
- perfeito composto;

- mais-que-perfeito composto;
- futuro do indicativo;
- perfeito¹³;
- mais-que-perfeito do indicativo
- futuro do subjuntivo;
- futuro do pretérito;
- infinitivo;
- gerúndio.

Estes tempos são formados com os correspondentes tempos simples de *ter* ou *haver* e o particípio passado do verbo que se conjuga; e o infinitivo flexionado, sobre cuja origem ainda não se chegou a um consenso.

Já Coutinho explica com detalhes como teria ocorrido o surgimento do futuro do pretérito: tal fato se teria dado ainda no Latim vulgar, e não no Português, como normalmente se ensina. Teria surgido para traduzir o futuro do perfeito ou condicional, expresso no Latim clássico pelo imperfeito do subjuntivo,

(...) uma perífrase verbal, formada do infinitivo de um verbo e do imperfeito do indicativo de *habere*. (...) A partir do século V, há inequívocos exemplos de tal prática. Na composição, as formas do imperfeito de *habere* muito se modificaram. Por dissimilação, *habebam*, *habebas*, etc. reduziram-se a **abéam*, **abéas*, etc., cujo grupo átono *ab-* caiu do mesmo modo que no futuro. Ficou destarte o imperfeito reduzido a *-*éam*, *-*éas*, *-*éat*, *-*éamus*, *-*éatis*, *-*éant*, que se formaram em *-ia*, *-ias*, *-ia*, *-íamos*, *-íeis*, *-iam*. (COUTINHO, 1984, p. 277, 2º §)

A partir dessas observações, podemos refletir sobre a ocorrência do fenômeno chamado pela gramática normativa de mesóclise – colocação do pronome no “meio” do

¹³ Devemos fazer aqui a ressalva de que nem todas as formas de perfeito utilizadas atualmente em nossa língua são criações do Português, há formas “herdadas” diretamente do perfeito do *Perfectum* latino, como demonstramos exemplo no quadro da evolução verbal em anexo.

verbo, como no exemplo: amá-la-íamos. Diante das explicações acima por Coutinho (1984), este pronome não estaria no “meio” de um verbo mas sim colocado entre os dois verbos participantes da construção da referida forma temporal. Portanto, diacronicamente, não teríamos o que se denomina mesóclise, mas um uso do pronome após a forma verbal infinitiva que indica a carga semântica da formação em questão. Uso este em conformidade com a gramática normativa.

2.1.2 O porquê das mudanças

As mudanças nos tempos verbais ocorreram predominantemente em função da economia. Ao longo do tempo, os falantes foram introduzindo mudanças nos quadros verbais de sua língua de acordo com a necessidade de comunicação. Trata-se de um processo constante. Não se trata de evolução (no sentido de que se parte de uma forma menos desenvolvida para algo mais elaborado) e muito menos de empobrecimento, mas de mudança; e o que é produtivo não *cai*, cristaliza-se, como ocorreu com as expressões construídas com pretérito mais-que-perfeito como *pudera eu*.

2.2 A EXPRESSÃO DA HIPÓTESE NO LATIM CLÁSSICO E NO LATIM VULGAR¹⁴

Nos estudos de gramática latina, reconhecem-se, tradicionalmente, três tipos de períodos hipotéticos:

- período hipotético do real: a condição é, foi ou deve ser realizada efetivamente. A noção de condição se exprime pela partícula *si*, acompanhada de verbo no modo indicativo. O fato condicionado também se encontra nesse modo, embora não haja necessidade de concordância entre

¹⁴ As informações contidas neste capítulo, inclusive exemplos, foram retiradas de capítulo de mesmo nome e *Do Latim vulgar às línguas românicas*, do livro *O período hipotético iniciado por se*, de Ângela Vaz Leão (1961, pp. 31-37; pp.38-52). Já as traduções das frases latinas utilizadas são de nossa responsabilidade.

os tempos utilizados no período oracional em questão. O que determina a forma temporal é o sentido, e não as exigências gramaticais de norma culta (*consecutio temporum*¹⁵).

Si me laudabat, laetus eram. (Se me louvava, venturoso (eu) fora/ tinha sido)

Si me laudavit, laetus fui. (Se me louvou, venturoso fui)

- período hipotético do potencial: a condição é eventual, possível. Neste caso, observa-se a concordância de tempos e modos (*consecutio temporum et modorum*¹⁶). A norma gramatical exige o uso do presente do subjuntivo tanto na oração condicionante quanto na condicionada. Mas existe uma oposição significativa entre o presente e o pretérito perfeito do subjuntivo na oração subordinada: usa-se este quando se deseja marcar de maneira especial a anterioridade da condição.

Si me laudet, laetus sim. (Se me louvar, venturoso (eu) tenha sido)

Si me laudaverit, laetus sim. (Se tiver me louvado, venturoso (eu) tenha sido).

- período hipotético do irreal: a condição expressa é contrária à realidade. Nesse tipo de período também há exigências da *consecutio temporum et modorum*: deve haver um paralelismo entre as formas verbais apresentadas, fazendo uso de: imperfeito do subjuntivo, se a condição é uma irrealidade no presente; mais-que-perfeito do subjuntivo, se for uma irrealidade no passado.

Si me laudaret, laetus essem. (Se me estivesse louvando, venturoso seria)

Si me laudavisset, laetus fuisset. (Se me tivesse louvado, venturoso teria sido)

¹⁵ Seqüência de tempos.

¹⁶ Seqüência de tempos e modos.

Não se pode esquecer da questão estilística: para acentuar a certeza de um resultado, caso a condição se desse no momento da fala ou anteriormente, era possível encontrar as seguintes substituições no segundo membro do período, *subvertendo* a norma para enfatizar determinada informação:

- futuro imperfeito, em vez de presente do subjuntivo (para o potencial).

Si me laudet, laetus ero. (Se me louvar, venturoso terei sido)

- imperfeito do indicativo, em vez de imperfeito do subjuntivo (para o irreal no passado).

Si me laudaret, laetus eram. (Se me estivesse louvando, venturoso tinha sido)

- mais-que-perfeito do indicativo, em vez de mais-que-perfeito do subjuntivo (irreal no passado).

Si me laudauisset, laetus fueram. (Se tivesse me louvado, venturoso tivera sido)

De acordo com Leão (1961, p. 34, 1º §), o Latim arcaico não exprimia de forma diferenciada o irreal e o potencial. A evolução¹⁷ se fez lentamente, “com as confusões freqüentes que se verificam na cristalização de qualquer norma lingüística”.

Já o Latim vulgar, diferente do Latim clássico (que apresenta três tipos de hipótese – real, potencial, irreal) e do Latim arcaico (que funde potencial e irreal), opõe o real e o potencial ao irreal (LEÃO, 1961, p. 34, 1º §).

Leão aponta – com base nos estudos de Ernout et Thomas, Bourciez, Grandgent, Meyer-Lübke, Maurer Júnior – as duas categorias de hipóteses do Latim vulgar que continuaram, com mudança de perspectiva, as do Latim arcaico:

- período hipotético do real e do potencial - modo indicativo, qualquer tempo para o real, e determinados tempos para o potencial:

¹⁷ De acordo com a observação feita no 1º § do ponto 2.1.2, não no sentido de que se parte de algo menos desenvolvido para uma forma mais elaborada, mas de mudança natural em decorrência do passar do tempo e dos fatores a isso relacionados.

real – *Si cantabat, bene faciebat.* (Se cantavas, bem fazias)

potencial – *Si cantat, bene facere habet.* (Se cantas, há de fazer bem)

- período hipotético do irreal – 1º membro : imperfeito do subjuntivo, em -sse ; 2º membro: imperfeito do subjuntivo a princípio, com alterações posteriores.

Si cantauisset, bene facere habebat. (Se tivesses cantado, haverias de fazer bem)

Si cantabat, bene facere habebat. (Se cantavas, haverias de fazer bem)

As línguas românicas, exceto o Romeno e o Francês, conservaram o esquema do tipo *Si cantauisset, bene facere habebat* presente no Latim vulgar (LEÃO, p. 45, 1º §).

O Latim conservaria essa tendência à concordância dos tempos; e, quando aparece a perífrase formada de infinitivo + imperfeito do indicativo na apódose, esse mesmo tempo passa a se apresentar também na prótase : *Si cantabat, bene facere habebat* (Se cantavas, bem havias de fazer) (LEÃO, p. 46, 2º §).

No esquema *Si cantauisset, bene faciebat*, a forma -isse logo assume valor de imperfeito e surge, então, o imperfeito do indicativo na oração condicionada. Esse é um fenômeno popular difundido por quase toda a România e aproveitado pela língua literária para efeitos estilísticos. Ex .: *Se fosse você, decidia isso logo* (LEÃO, 1961, p. 47-48).

Da construção *Si cantauisset, bene faciebat*, com extensão do imperfeito do indicativo à prótase, estabelecendo uma simetria verbal: *Si cantabat, bene faciebat*, houve uma inovação da sintaxe românica de uso oral e popular (LEÃO, 1961, p. 50, 2º §). O que nos lembra muito o exemplo citado no início deste trabalho, ouvido, com já dissemos, dentro de um ônibus local : *E se ele era seu filho, o que é que você fazia?* Embora estejam separados por mais de 2000 anos de distância, não há como negar a proximidade da expressividade desses dois períodos.

2.2.1 A expressão da hipótese e a cronologia do português

Antes de falarmos sobre as divisões cronológicas do Português, é importante lembrar que, quando aparece documentado (início do século XIII), já havia sofrido profundas reestruturações, entre as quais as do sistema modo-temporal desde o Latim corrente no Império Romano até os sistemas verbais românicos - entre eles o Português; e as distinções entre o sistema verbal do período arcaico e o atual ocorrem fundamentalmente no nível morfológico (SILVA, 2001, p. 37, 2º §).

Said Ali (1964, p. 8, 2º e 3º §) distingue dois períodos principais no Português: o antigo (ou arcaico, de acordo com Ângela Vaz Leão [1961], entre outros), que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o moderno, que se estabeleceu a partir de então. É a partir daí também que a norma culta da língua adquire foros de modernidade. O autor reserva a denominação de hodierno para as mudanças características do falar atual, surgidas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que remontam ao século XVIII. O período compreendido entre os séculos XVI e XVIII é denominado por Leão (1961), dentro do Português moderno, como fase clássica.

Said Ali se refere ao fenômeno aqui estudado da seguinte maneira:

Na linguagem familiar do português hodierno costuma-se substituir ao futuro do pretérito o imperfeito do indicativo: se eu pudesse andava mais depressa. Vem de longe este falar vulgar, chegando a ser aceito na linguagem escrita (ALI, 1964, p. 336, 1º e 2º §).

São utilizados ainda os seguintes exemplos:

Se não andavão sobre aviso, lá ia a cepeira e a cepeira (Gil Vicente 1, 265).

Se alguém julgar antes do fim, era Deus (Vieira, Serm. 5, 76).

Se Christo arrancara olhos e fizera cegos... então tinham razão de seescandalisar de Christo (ib. 5, 68).

Se Deus nos deixara tentar mais do que podem as nossas forças, então tínhamos justa causa de recusar as tentações (ib. 9, 22) (in: ALI, 1964, p. 336, 2º §).

Temos, a partir desses exemplos tomados aos comentários de Said Ali acima citados, o registro de que essa oscilação já ocorria, e podemos ter ainda uma visão de como esse fenômeno era visto pelos estudiosos de língua: era algo próprio da linguagem familiar, ou seja, mais informal, visto até de maneira pejorativa, com um juízo de valor negativo.

Ismael de Lima Coutinho (1984, p. 55, 11º e 12º §) indica o século XVI como o século de ouro da literatura portuguesa, pois é nesse século que aparecem aqueles que ficariam conhecidos como os maiores escritores da língua portuguesa. É quando surge também a gramática da Língua Portuguesa, disciplinando essa nova língua. A partir de então, o Português passa a ser a língua da escola, ao lado do Latim, que havia sido a língua da escola durante toda a Idade Média Românica.

O estudo de Leão (1961, pp. 145-197) traz um interessante panorama da expressão do período hipotético iniciado pela partícula *se* no Português desde o período arcaico até a atualidade. Seu foco, claro, não foi o fenômeno por nós privilegiado, mas seu exaustivo levantamento de dados registra, entre outras formas, estruturas semelhantes às que estudamos aqui durante os vários períodos de nossa língua, acompanhados de tratamento estatístico que mostra a frequência de uso de cada estrutura em diferentes períodos.

Para a pesquisa do período arcaico, a autora utilizou os seguintes autores e obras da época: D. Afonso X, O Sábio, *Cantigas d'Escarnho e de Maldizer*, Antologia crítica por M. Rodrigues Lapa; *Textos Arcaicos*, por José Leite de Vasconcelos; *Crestomatia Arcaica*, por M. Rodrigues Lapa; Fernão Lopes, *Crônica de D. João I*, antologia (*Quadros da Crônica de D. João I*) por M. Rodrigues Lapa; Gil Vicente, quatro autos: *Auto da*

Cananéia, Auto da Moralidade da Embarcação do Inferno, Auto da Mofina Mendes, Auto da Alma.

Entre os exemplos arrolados, podemos destacar:

1- *E, se m'eu quisesse seer viltada,*

ben acharia quen xe me viltasse – Afonso X, p. 4 (in: Leão, 1961, p. 158)

2- *E elle lhe mandou dizer pello bispo de Coimbra que voltasse sua madre, e que, se nom quisesse fazer, que o escumungava.* – *Port. Mon. Hist., Scriptoros, ap. Lapa, p. 59* (in: Leão, p. 195)

Foram encontradas por Leão (1961) 19 ocorrências da estrutura *se + imp. subj. / fut. do pret.* e 8 ocorrências da estrutura *se + imp. do subj. / imp. ind.*, o que faz com que a primeira tenha uma representação de 11,18% e a segunda fique com 4,71% de um total de 100% de ocorrências de estruturas de hipóteses¹⁸.

Para o estudo do período clássico, os autores e as respectivas obras utilizadas foram: Luís de Camões, *Os Lusíadas*; D. Francisco Manuel de Melo, *O Fidalgo Aprendiz*; Padre Antônio Vieira, três sermões: *Sermão do bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, Sermão do Mandato, Sermão da Sexagésima*; Antônio Dinis da Cruz e Silva, *O Hissope*; Tomás A. Gonzaga, *Cartas Chilenas*.

Destacamos entre estes:

1- *Negará tê-las feito, e negaria,*

2- *Se necessário fosse, o mesmo Cristo.* – *Hiss., VIII, 335/36* – Cf. R. Port. (in: LEÃO, p. 185)

3- *E se esse semeador evangélico, quando saiu, achasse o campo tomado; se se armazenassem contra ele os espinhos; se se levantassem contra ele as pedras; e se lhe fechassem os caminhos, que havam de fazer?* – *Vieira, p. 96* (in: LEÃO, p. 185)

¹⁸ Os resultados dessa pesquisa, de acordo com a autora (1961, p. 210), foram resumidos em números absolutos e proporcionais a 100.

O resultado mostrou um total de 19 ocorrências da estrutura *se + imp. subj. / fut. do pret.* e 10 ocorrências de *se + imp. do subj. / imp. ind.*, ficando a primeira estrutura com uma representação de 3,95% e a segunda com 2,07% do total de 100% de ocorrências de estruturas de hipóteses.

Já para o estudo do período hodierno¹⁹, os autores e as obras consultadas foram: Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*; Alexandre Herculano, *Arras por Foro d’Espanha*, novela histórica das *Lendas e Narrativas*; Camilo Castelo Branco, *O Bem e Mal*; Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*; Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*; João Ribeiro, *Floresta de Exemplos*; Monteiro Lobato, *O Urupês*; Mário de Andrade, três textos de uma antologia: *Boiúna Luna*, *Menina de olho no fundo* e *Calor*; Eduardo Frieiro, *O Cabo das Tormentas*; Carlos Drummond de Andrade, *Fala, Amendoeira*; Waldemar Versiani dos Anjos, *Jornal de Serra Verde*.

Entre os exemplos citados por ela estão:

1- *Se eu fosse do número dos Singulares, promoveria a sua introdução naquela assembléia clássica [...] – J. Ribeiro, p. 197 (in: LEÃO, p. 206)*

2- *Quando nos instalamos, um mestre-de-obras ponderou: Eu, se fosse madame, cortava essas trepadeiras. – C. D. Andrade, p. 42 (in: LEÃO, p. 207)*

Foram registradas 97 ocorrências da primeira estrutura e 43 da segunda, representando respectivamente 14,77% e 6,55% do total de 100%.

Nos três períodos, a construção *se + imp. subj. / fut. do pret.* está entre as três mais freqüentes desse levantamento, o que demonstra a grande produtividade da estrutura. “São tipos de uma constância notável na língua, que conservam na época atual, como se verá adiante, a sua posição de relevo” (LEÃO, 1961, p. 170, 2º §). Mas em todos os períodos é observada também a presença da estrutura *se + imp. do subj. / imp. ind.*, sendo esta

¹⁹ Essa denominação segue a classificação adotada por Leão (1961).

apontada pela estudiosa como um indicativo de oralidade, enquanto a anterior caracteriza traço de língua escrita (LEÃO, p. 216).

Há ainda outros contextos mínimos de uso encontrados ao longo de nosso *corpus*, alguns deles não catalogados por Leão, mas, sem dúvida, as estruturas indicadas acima são as mais produtivas.

Vale destacar ainda que encontramos o uso do futuro do pretérito para indicar hipótese, mesmo sem a presença da partícula *se*, o que não ocorre quando se utiliza o imperfeito para indicar tal função. Nestes casos, essa partícula está sempre presente (de acordo com o *corpus* analisado) em algum ponto da estrutura, ora posposta, ora anteposta ao verbo, mas sempre corroborando para a formação do sentido da hipótese.

Segundo Leão (1961, p. 169), apoiando-se em Diez, Meyer-Lübke, Gaspary, Cornu e Menéndez Pidal, esta partícula “com valor fronteiroço entre conjunção e advérbio, inicia fórmulas de invocação e imprecação (...). A origem deste *se* (ou *si*) optativo é o lat. *sic* < *si*, abreviado pela colocação proclítica”.

Ainda de acordo com Leão (1961, p. 72, 2º e 3º §), enquanto as outras condicionais exprimem um fato hipotético ou aquilo que se exige como condição, ou, ainda, acentuam a contingência da hipótese, a partícula *se* exprime a hipótese pura e simplesmente. A referida conjunção se distinguiria de outras condicionais não só por matizes semânticos, mas ainda por exigências sintáticas, já que pode ser seguida de verbo no indicativo, o que (de acordo com o que registra a gramática) não ocorre com as demais.

2.2.2 A expressão da hipótese no português atual

A relação condicional, segundo Leão (1961, pp. 55-72), se expressa em Português das seguintes maneiras:

- pelo contexto, permanecendo a hipótese implícita ou sendo expressa com o auxílio de um verbo de conteúdo semântico apropriado, como *imaginar*, *supor*, etc.

Ex.: *Imagina, por exemplo, que eu não tinha nascido, continuou Quincas Borba; é positivo que não teria agora o prazer de conversar contigo, comer esta batata, ir ao teatro e para tudo dizer uma só palavra: viver.* (ASSIS, Machado, p. 225)
(= Se eu não tivesse nascido, não teria agora o prazer...) (in: LEÃO, 1961, p. 56)

- pela justaposição de duas orações não subordinadas, que podem ter, respectivamente, os seguintes sentidos:

a) interrogativo + declarativo

Ex.: *Eu preciso, eu quero viver a minha vida. Há óbices no caminho? Afasto-os...*
(LOBATO, Monteiro. p. 189) (= Se há óbices no caminho, afastos-os) (in: LEÃO, 1961, p. 58)

b) imperativo ou optativo + declarativo

Ex.: *Deita, e mamãe te traz água.* (ANDRADE, C. D., p. 202, in: LEÃO, 1961, p. 56)

c) declarativo + declarativo

Ex.: - *Parece que não gostou, seu Carlos!*

- *Gostei, Dorcas. Mas acho que é uma pena você casar já, tão moça. E depois: por causa dos seus estudos que vão tão bem.*

- *Seu Carlos não quer não caso!* (ANDRADE, C. D., p. 67) (= Se Seu Carlos não quer, eu não caso) (in: LEÃO, 1961, p. 59)

- pela compensação da ausência do nexos condicionante por uma inversão, estando o verbo no início da oração que exprime a hipótese.

Ex.: *Era (anedota de um inglês) a derradeira esperança do facínora, seu último cartucho. Negasse fogo e, estava resolvido, metia duas balas nos miolos.*

(LOBATO, M., p.119, in: LEÃO, 1961, p. 60)

- por um adjunto adverbial que resuma uma condição já expressa ou que implique uma condição contrária à mesma.

Ex.: *Sem a mulher o mundo voltaria ao caos e a Razão não se distinguiria da cegueira do nada.* (RIBEIRO, J., p. 81, in: LEÃO, 1961, p. 64)

- por uma subordinação indicada por uma forma nominal de verbo (orações reduzidas adverbiais condicionais).

Ex.: *A ser isso verdade, seria preferível a sua morte* (trecho retirado de uma redação escolar, in: LEÃO, 1961, p. 67)

- por uma subordinação feita por conjunção subordinativa (orações adverbiais condicionais).

Ex.: *Disse-me que, onde quer que eu levasse o cheque, me pagariam em cruzeiros, a menos que eu fosse a New York receber na matriz.* (ANDRADE, C. D., p. 88, in: LEÃO, 1961, p. 69)

2.2.2.1 Oralidade *versus* escrita

É muito importante considerarmos que as correspondências a que nos propomos analisar aqui – juntamente com as redações já referidas - não eram escritas de próprio punho por aqueles que as assinavam, mas ditadas para escrivães oficiais, o que,

acreditamos, permitia que se passassem traços de oralidade para os referidos textos, influenciando a ocorrência do fenômeno por nós estudado.

Devido ao caráter corporativo e hierarquizado da sociedade da época, *servir, pedir, dar, receber e agradecer* seriam atitudes formadoras de um círculo de dependência, em que o rei outorgava cargos remunerados de prestação de serviços à Coroa a pessoas de influência que, de certa forma, tivessem ajudado o monarca. Os cargos em questão, entre outros, eram mais uma retribuição de favor do que o reconhecimento de uma habilidade comprovada, e eram, ainda, títulos vitalícios – ou seja, passavam de pai para filho. Portanto, apesar da exigência de serem alfabetizados, não era obrigatório que os ocupantes de tais cargos tivessem estado em uma universidade, por exemplo – embora isso fosse possível, já que as famílias abastadas do Brasil mandavam seus filhos estudarem no exterior. Mesmo assim podemos supor que houvesse certa preocupação com a escrita por causa dos destinatários na Coroa.

O que permanece para estudo de um estado anterior da língua é a documentação escrita – o que, a partir do surgimento das gramáticas, é uma representação mais ou menos convencionalizada da fala. Portanto, esses documentos nos permitem tirar conclusões até certo ponto seguras, já que, apesar de haver uma normatização, não havia grande difusão dessa norma, podendo, então, a variação escrita oferecer indícios da língua falada naquele período (SILVA, 2006, p. 42).

Além disso, há, em algumas obras já citadas de referência teórica, menções a alguns traços tidos como expressão de oralidade, incluindo como um desses traços – como já vimos – o uso do imperfeito do indicativo na estrutura hipotética.

E, mesmo nos textos atuais, de acordo com o comprometimento / envolvimento do falante com o que se está produzindo, traços de oralidade podem ser percebidos, ocasionando oscilações entre usos de variantes mais ou menos formais até num mesmo

trecho. Julgamos estar diante desse fenômeno ao vermos, num mesmo segmento, usos do futuro do pretérito ao lado de usos do imperfeito para expressão da hipótese. É como se o falante iniciasse seu texto ciente de que está sendo monitorado e, ao longo da escrita, mesmo que por alguns instantes, deixasse de dar relevância a esse fator, como acreditamos que aconteça em:

Mas ainda muito poderia ser feito; as salas de aula das escolas poderiam ter um seu espaço rearranjado, os professores deviam ser orientados para tratar adequadamente os alunos deficientes e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos deviam ser acostumadas a conviver bem com eles. (L, f., b, 2º período, UFJF)

2.2.2.2 Papel da escola no processo de mudança

Uma breve observação do nosso dia-a-dia confirma que a escola gera modificações na fala e na escrita das pessoas que a freqüentam e das comunidades discursivas com ela envolvidas. Essa instituição normalmente atua como preservadora de formas portadoras de prestígio diante de tendências de mudança que possam estar em curso nas comunidades das quais faça parte.

De acordo com Mollica (2004, p. 54, 2º §), apoiando-se em Votre e Naro, “o ensino produtivo cumpre sua missão quando o aluno busca identificar-se com os grupos detentores de formas de prestígio, procurando apropriar-se dessas formas como capital simbólico”.

O nível de escolaridade desempenha um papel crítico na configuração geral do domínio da língua padrão pelos falantes. E, por isso, a escola tem relevância na tarefa socializadora que o uso da língua representante de um povo requer. Essa instituição não faz a mudança sozinha; mas o processamento de uma mudança é largamente influenciado pela atitude da escola diante do fenômeno em curso.

Cabe, nesse contexto, uma reflexão sobre a relação entre a frequência de uso e sentimento de regularidade desse uso, que acaba se cristalizando por meio das repetições, fixando-se como expressões preferidas pelos membros de uma comunidade, o que garante sua permanência na linguagem corrente e, muitas vezes, a posterior aceitação pela norma padrão.

Os resultados apontados num questionário aplicado por nós a professores de Língua Portuguesa, a fim de verificar a aceitação do uso do imperfeito para expressar hipótese, apontam para o fato de que, apesar de, como falantes, usarmos essa forma na comunicação oral, na comunicação escrita – especialmente a escrita em contextos formais – a referida forma ainda é vista como inadequada parte da maioria desses professores. Acreditamos que essa atitude seja o que mantém – e manterá enquanto continuar a ocorrer – o uso freqüente do futuro do pretérito na mesma posição, impedindo (ou, ao menos, retardando) o avanço do uso da primeira forma na referida posição.

Mas fica aqui uma reflexão: talvez o futuro do pretérito, como *criação* do Português, não tenha de fato *caído* no falar popular, em que o imperfeito continuou a exercer a função de expressar tanto um fato passado com duração no tempo quanto um fato hipotético. Com base nesse raciocínio, o futuro do pretérito se manteria até a atualidade devido ao *status* elevado dentro da norma culta a ele agregado pela escola. O que faz com que as pessoas, uma vez tendo tomado contato com essa forma, passem a fazer uso dela em ocasiões de comunicação formal (lembrando que o enfoque do presente trabalho está na língua escrita).

3 A EXPRESSÃO DO TEMPO EM PORTUGUÊS²⁰

De acordo com Rodolfo Ilari (2001, p. 9), não há uma correspondência biunívoca entre os recursos expressivos e os conteúdos a serem transmitidos. Sendo assim, uma mesma circunstância temporal pode ser expressa por várias formas. Além disso, muitas construções utilizáveis para expressar tempo exprimem também outros conteúdos, sobretudo de modo e aspecto – o que exploraremos mais à frente.

O autor pondera que não é fácil separar os valores propriamente *temporais* das expressões lingüísticas de seus valores aspectuais e modais. Quando se faz essa distinção, segundo ele, “fica no ar uma sensação de frustração, talvez por que acabam sendo colocadas de lado perguntas instigantes, do tipo ‘por que esta forma verbal, com estes valores temporais, e não uma outra qualquer, assume precisamente esses valores aspectuais e modais?’ ” (ILARI, 2001, p. 10, 2º §).

Há, sim, motivação para a escolha de uma ou outra forma em função também da necessidade de expressividade do falante no momento da produção, seja ela oral ou escrita. Na música *João e Maria*, de Chico Buarque de Holanda e Sivuca, composta em 1977, o imperfeito do indicativo utilizado não remete simplesmente ao passado, mas leva a uma imersão no universo infantil, também sinalizada por outro recurso de expressividade que é o próprio título da música (*João e Maria*); cria-se um mundo de faz-de-conta, do qual o narrador passa a fazer parte. Isso se reforça pelas construções como “agora eu era ...” – espécie de refrão em que se carnavaliza a relação tempo/espço –, o uso do verbo fingir no 13º verso, entre outras.

Agora eu era o herói
E o meu cavalo só falava inglês

²⁰ Neste capítulo, apoiamo-nos na obra de Rodolfo Ilari, *A expressão do tempo em português*, de 2001, pois a consideramos como a melhor e mais didática referência encontrada por nós sobre o assunto aqui abordado.

A noiva do cowboy era você além das outras três
 Eu enfrentava os batalhões, os alemães e seus canhões
Guardava o meu bodoque e ensaiava o rock para as matinês
 Agora eu era o rei
Era o bedel e era também juiz
 E pela minha lei a gente era obrigado a ser feliz
 E você era a princesa que eu fiz coroar
 E era tão linda de se admirar
 Que andava nua pelo meu país
 Não, não fuja não
 Finja que agora eu era o seu brinquedo
 Eu era o seu pião, o seu bicho preferido
 Vem, me dê a mão, a gente agora já não tinha medo
 No tempo da maldade acho que a gente nem tinha nascido
 Agora era fatal que o faz-de-conta terminasse assim
 Pra lá desse quintal era uma noite que não tem mais fim
 Pois você sumiu no mundo sem me avisar
 E agora eu era um louco a perguntar
 O que é que a vida vai fazer de mim?²¹
 (<<http://chico-buarque.lettras.terra.com.br/letras/45140/>>)

Na Língua Portuguesa, os fatos podem ser conceitualizados como eventos momentâneos, estados duráveis ou ações que se repetem. E para a interpretação temporal, em qualquer dessas hipóteses são necessários, pelo menos, três dados gramaticais: tempo em que se encontra o verbo, os possíveis *auxiliares de tempo* presentes, os tipos de adjuntos adverbiais que se podem encontrar na oração (ILARI, p. 11, 1º §).

É preciso considerar também o momento de referência, importante noção para se compreender certas determinações temporais que a sentença sofre no *co-texto narrativo*, já que, quando não há indicações mais específicas, é o co-texto anterior que fixa o momento de referência da oração seguinte (ILARI, p. 15, 2º §), formando uma progressão da construção do sentido. Essa noção de momento de referência, como veremos ao longo deste trabalho, será de grande importância para compreender o fenômeno aqui tratado, já que estamos falando em uma projeção para um universo hipotético criado pelo falante no momento da enunciação.

Isto vai ao encontro da proposta de Ilari, que afirma:

²¹ Grifos nossos.

(...) graças à possibilidade de utilizar na localização cronológica de eventos informações fornecidas no interior do mesmo texto, a interpretação temporal das sentenças assume um caráter coesivo típico, ao lado de outros fenômenos coesivos mais comumente reconhecidos como tais, como a referência ou a elipse (ILARI, p. 26, 4º §).

4 A EXPRESSÃO DA NOÇÃO DE ASPECTO²² EM PORTUGUÊS

A expressão aspectual não é morfologicamente marcada em Português, ficando o remanescente, segundo alguns especialistas, na oposição entre pretérito perfeito / imperfeito (SILVA, 2001, p. 37, 3º §).

O aspecto é normalmente apresentado como uma categoria nitidamente verbal, já que é nesta classe de palavras que normalmente se concentra a expressão da situação. Mas também podemos ter em nomes a expressão de aspecto.

Travaglia (1985, 3º §), considerando a posição de Dubois (1978, p. 73), para quem o aspecto é *uma categoria gramatical que exprime a representação que o falante faz do processo expresso pelo verbo (ou pelo nome de ação), isto é, a representação de sua duração, do seu desenvolvimento ou do seu acabamento*, completa sua teoria ao dizer que o aspecto é “uma categoria verbal ligada a tempo, pois, antes de mais nada, ele indica o espaço temporal ocupado pela situação em seu desenvolvimento, marcando a sua duração” (1985, p. 51, 4º §). Isso justificaria por que tempos flexionais diferentes (desinências modo-temporais – DMTs – diferentes) podem indicar a mesma noção de tempo, visto como uma idéia geral, sem consideração de sua indicação pelo verbo ou por outro elemento da frase.

O linguísta faz a seguinte distinção:

- o tempo “situa o momento de ocorrência da situação a que nos referimos em relação ao momento da fala como anterior (passado), simultâneo (presente) ou posterior (futuro) a esse mesmo momento”. Trata-se de uma categoria dêitica,

²² Neste capítulo, usaremos como referência os conceitos de aspecto e as noções aspectuais apresentadas no livro *Aspecto verbal no português; a categoria e sua expressão*, de Luiz Carlos Travaglia, de 1985, em virtude da grande importância dessa obra para o estudo da noção de aspecto verbal em Português. Trata-se de uma obra muito bem elaborada, rica em explicações e exemplos que muito nos ajudaram a refletir sobre o assunto.

pois indica o momento da situação em relação à enunciação (TRAVAGLIA, 1985, p. 52, 1º §).

- o aspecto não é uma categoria dêitica, já que se refere à situação em si. “São diferentes maneiras de ver a constituição temporal interna da situação, sua duração” (COMRIE, 1976, *in*: TRAVAGLIA, 1985, p. 52, 1º §).

A noção de aspecto indica ainda o grau de desenvolvimento, de realização da situação (TRAVAGLIA, 1985, p. 52).

Travaglia (1985, p. 53, 4º §) resume o assunto:

(...) é uma categoria verbal de tempo²³, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação.

Para tratar dessa noção, o autor trabalha com um método misto de Onomasiologia e Semasiologia. Como Onomasiologia entende-se que “tendo um determinado significado (no caso, uma noção aspectual) buscam-se as formas lingüísticas pelas quais ele pode ser expresso e as construções frasais em que ele está presente”. E como Semasiologia entende-se o processo inverso: a partir de uma forma, buscam-se os significados (no caso, as noções aspectuais) que essa forma pode expressar ou que podem estar presentes nela (TRAVAGLIA, 1985, p. 23, 4º §).

O aspecto pode ser expresso por tempos verbais ou por locuções verbais, nas quais, de acordo com Travaglia (1985, p. 29, 2º §), considerando Azevedo Filho (1975), agem auxiliares chamados verbais. Já comentando a posição de Luft, Travaglia afirma que o aspecto pode ser expresso, entre outros fatores já abordados, por sufixos e pelo próprio radical verbal com sua significação característica (1985, p. 37, 2º §).

²³ De acordo com a ressalva feita quando falamos sobre a distinção entre tempo e aspecto.

Devemos lembrar ainda que o aspecto pode ser expresso não só por elementos morfológicos, mas também pelos semânticos, fonológicos, contextuais, tendo muito a ver também com a sintaxe. Por isso, Travaglia (1985, p. 145), de acordo com Castilho (1967, p. 14), considera o aspecto como uma categoria léxico-semântica, já que em sua caracterização “interagem o sentido que a raiz do verbo contém e elementos sintáticos tais como adjuntos adverbiais, complementos e tipo oracional”. Vale lembrar ainda que, muitas vezes, o aspecto resulta de vários desses meios de expressão em conjunto, tornando, até, difícil apontar um só recurso como responsável pela expressão do aspecto (TRAVAGLIA, 1985, p. 146, 5º §).

A noção de tempo predomina sobre o aspecto no paradigma de conjugação verbal, “mas observa-se pelo menos uma distinção de base aspectual: entre o pretérito imperfeito do indicativo (imperfectivo + passado) e o pretérito perfeito do indicativo (perfectivo + passado)”. (TRAVAGLIA, 1985, p. 147, 2º §)

As possibilidades de expressão do aspecto, de acordo com o autor, *são maiores entre os tempos flexionais do passado, cuja nitidez afinaria com a objetividade da noção de aspecto. Também se nota que o aspecto aflora com maior clareza nos tempos do indicativo, que exprimem ações objetivas* (TRAVAGLIA, 1985, p. 155).

4.1 NOÇÕES NÃO-ASPECTUAIS, MAS LIGADAS AO ASPECTO

1. Habitualidade: existe quando há iteração, que surge da duração descontínua e ilimitada. Liga-se à noção aspectual de duração, pois é dela que surge a repetição, sem a qual não há hábito (TRAVAGLIA, 1985, p. 66, 4º §).

2. Incoação: indica uma mudança de estado, o começo de um novo estado, sendo freqüentemente ligada à inceptividade²⁴ (TRAVAGLIA, 1985, p. 66, 5º §).

3. Progressividade: indicação de que a situação tem um desenvolvimento gradual e está ligada ao aspecto durativo (TRAVAGLIA, 1985, p. 68, 2º §).

4. Resultatividade:

- a) Também chamada de permansividade, indica um estado resultante de uma situação dinâmica que já se concluiu.
- b) Indica que a situação se concluiu com o atingimento de um ponto terminal. Esse tipo de resultatividade surge sempre ligado ao aspecto acabado (TRAVAGLIA, 1985, p. 69, 2º e 3º §).

5. Cessamento: “É uma mistura de tempo e aspecto: na medida em que estabelece um contraste entre ontem (ou antes) e agora (momento da enunciação) é temporal; na medida em que indica que a situação é acabada é aspectual” (TRAVAGLIA, 1985, p. 69, 4º §).

6. Experienciamento: liga-se ao aspecto perfectivo (completo, acabado) e indica que alguém já passou por uma determinada situação (TRAVAGLIA, 1985, p. 70, 2º §).

4.2 OS ASPECTOS EXPRESSOS PELO PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO

1. Aspecto durativo

²⁴ Aspecto inceptivo: aborda a ação em seu momento de início ou em seus primeiros momentos (TRAVAGLIA, 1985, p. 64, 4º §).

Said Ali (1964), entre outros autores, afirma que o pretérito imperfeito do indicativo denota ação durativa. É o mesmo que nos dizem Bechara (1977, p. 274), para quem esse é o tempo da ação prolongada, e Cunha (1975, p. 436), ao diferenciar o imperfeito do perfeito pela ação durativa daquele (apud TRAVAGLIA, 1985, p. 28-29).

2. Aspecto indeterminado

Indica uma situação contínua e ilimitada, - o que não significa algo infinito, mas sim, algo sem limites conhecidos ou perceptíveis (TRAVAGLIA, 1985, p. 100, 4º §). De acordo com Travaglia (1985, p. 29, 2º §), apoiando-se em Cunha (1975, p. 433), o imperfeito pode ser usado para indicar naturalidade, genealogia e qualidades de um indivíduo; ou no lugar do presente universal, em orações subordinadas a um pretérito, o que pode ser ligado aqui à noção de aspecto indeterminado.

3. Aspecto iterativo

Apresenta a situação como tendo duração descontínua e limitada (TRAVAGLIA, 1985, p. 102, 3º §). Vários autores - como Said Ali (1971, p. 310-322; 1964, p. 161-162), Bechara (1977, p. 274) e Dias (1970, p. 184) (apud TRAVAGLIA, 1985, p. 29, 2º §) - se referem ao imperfeito como a expressão de algo que se repete.

4. Aspecto habitual

Apresenta a situação como tendo duração descontínua e ilimitada (TRAVAGLIA, 1985, p. 104, 2º §). Travaglia (1985, p. 30, 1º e 2º §) se refere à possibilidade de expressão

do aspecto habitual ou freqüentativo do imperfeito: para ele (apoiando-se em Cunha (1975, p. 430, 432-433, 436), esse tempo, como também o presente do indicativo, indica um fato costumeiro.

5. Aspecto cursivo

Apresenta a ação no meio de seu desenvolvimento (TRAVAGLIA, 1985, p. 112, 2º §). O imperfeito pode ser usado para expressar algo que estava se processando no passado quando sobreveio outra ação, ou aquilo que, tendo começado, ainda continuava quando se deu um novo fato – o que indica a conjugação perifrástica IR + (pret. imp.) + gerúndio. O aspecto cursivo, segundo Travaglia (1985, p. 31, 1º e 2º §), de acordo com Cunha (1975, p. 432; DIAS, 1970, p. 185-186), está presente também quando se usam os verbos *dicendi* conjugados no imperfeito em vez do perfeito do indicativo para representar o leitor ou ouvinte no ato de assistir ao segmento do discurso.

6. Aspecto imperfectivo

Apresenta a situação como incompleta. Ela é, portanto, apresentada em uma de suas fases de desenvolvimento. Travaglia (1985, p. 31, 5º § e p. 98, 2º §, de acordo com CUNHA, 1975, p. 432 e 434) se refere a essa noção de não-acabado ou começado ao dizer que o imperfeito pode ser usado também para expressar um fato passado, mas ainda não concluído, terminado. O imperfectivo aceitará adjuntos adverbiais de tempo que indiquem momentos ou períodos de tempo indeterminados e/ou incompletos.

7. Aspecto durativo

Trata-se de uma noção semântica aspectual – duração contínua e limitada –, que se opõe à não-duração – ou pontualidade – cujo início e término ocorrem no mesmo instante ou separados por um intervalo de tempo muito curto. Mas essa capacidade de oposição se neutraliza quando usamos o imperfeito com idéia de hipótese para ações pontuais como bater, por exemplo (TRAVAGLIA, 1985, p. 56, 2º § e p. 100, 2º §).

8. Aspecto inceptivo

Apresenta a situação em seu ponto de início ou em seus primeiros momentos (TRAVAGLIA, 1985, p. 111, 5º §).

9. Aspecto terminativo

Apresenta a ação em seus últimos momentos ou em seu momento de término (TRAVAGLIA, 1985, p. 113, 4º §).

4.2.1 A neutralização da noção de aspecto no pretérito imperfeito

Mas, de acordo com Travaglia (1985, p. 169-170), apesar das possibilidades de expressão de aspecto citadas acima, o pretérito imperfeito do indicativo não atualiza nenhum aspecto quando:

- a) é usado em vez do futuro do pretérito para expressar uma situação que seria consequência de uma outra ação que não ocorreu;

- b) é usado em vez do presente do indicativo como forma de polidez (imperfeito de cortesia).

A expressão do aspecto, nesses casos, pode não se anular completamente, mas a noção fica bastante enfraquecida, quase inexistente.

4.3 O ASPECTO E O FUTURO DO PRETÉRITO

O futuro do pretérito não é considerado como capaz de expressar uma noção de aspecto, assim como os usos para designar

(...) ação próxima e decidida, promessa ou ameaça, maior realce para os fatos passados, citação (para o presente do indicativo); simultaneidade, concomitância (...), vontade ou desejo, em discurso indireto implícito (para o pretérito imperfeito do indicativo); probabilidade, incerteza, cálculo aproximado, hipótese, observância a preceitos ou normas, ordem atenuada, pedido ou sugestão, eventual, deliberativo (para o futuro do presente); desejo e esperança (para o pretérito-mais-que-perfeito do indicativo) (TRAVAGLIA, 1985, p. 39, 3º §).

É a explicação que encontramos também em Berge (1946, p. 274, 10º §): “Em português o condicional (derivado do imperfeito indicativo: *debere habebam* = dever havia = deveria) exprime exatamente a modalidade da ação verbal. Não indica realidade, mas atenua a afirmação ou, às vezes, insinua desejo latente”.

4.4 O ASPECTO E OS TEMPOS DO SUBJUNTIVO

Apesar de nossa proposta não incluir os tempos do subjuntivo, julgamos importante destacar as características acima (além de outras que analisaremos ao longo do trabalho) pelo fato de o fenômeno a que nos propusemos estudar acontecer comumente ligado aos tempos do subjuntivo, justamente pela noção hipotética expressa por estes.

Como as flexões temporais do subjuntivo normalmente aparecem para indicar modalidade, ou estão sujeitas a elementos marcadores de modalidade, atribuindo à situação uma realização duvidosa, hipotética, abstrata, a capacidade de expressão do aspecto fica enfraquecida, dificultando ou mesmo anulando-lhe a percepção. Pode-se dizer, portanto, que os tempos do subjuntivo não atualizam noção de aspecto, prevalecendo neles o valor modal (TRAVAGLIA, p. 176, 3º e 4º §; p. 183, 4º §).

4.5 A EXPRESSÃO DO ASPECTO E A NOÇÃO DE FUTURIDADE

Como já dissemos, nem o futuro do presente do indicativo nem o futuro do pretérito do indicativo marcam aspecto, referindo apenas a situação em pauta. Isso se deve a dois fatores:

- a) marcação de tempo futuro, que atribui à situação uma espécie de realização *virtual*, abstrata, pois ainda não ocorreu de fato;
- b) a noção de futuro agrega a esses tempos um valor modal. (TRAVAGLIA, 1985, p. 70, 2º §)

O autor frisa que não está dizendo com isso que não há expressão de aspecto nos referidos tempos verbais, mas que estes não marcam aspecto; isto dependerá, então, de outros recursos, como adjuntos adverbiais, por exemplo, como dissemos ser possível no capítulo *A expressão da noção de aspecto* (TRAVAGLIA, 1985, p. 173-174).

A partir da afirmação de Travaglia de que nem o futuro do pretérito nem o pretérito imperfeito usado em lugar daquele marcam aspecto, mas sim modo, torna-se indispensável para nosso estudo a caracterização desta noção a ser expressa pelos referidos tempos verbais.

5 A IMPORTÂNCIA DAS NOÇÕES DE MODO E DE MODALIDADE

De acordo com Ademar da Silva (*in*: ABAURRE e RODRIGUES, 2002: p. 480, 2º §), “a correlação entre os diferentes graus de incerteza das categorias modais e os elementos de incerteza inerentes a qualquer evento ou estado de coisas futuros dá origem à sobreposição modal nas formas que expressam futuridade” (cf. ULTAN, 1978). E, como o seu estudo enfoca a sobreposição modal na construção IR + infinitivo, ele lança a pergunta: “O futuro é tempo verbal ou modo?” (2002: p. 480, 2º §) Afirma, a seguir, que “nas formas em que a modalidade e a temporalidade estão presentes, é difícil separá-las de forma inequívoca, ou seja, se são simplesmente modais ou temporais” (2002: pp. 480, 481).

Acreditamos que essa sobreposição entre modalidade e temporalidade também acontece em frases como *se eu fosse seu pai, eu te daria uma surra*, que são classificadas pelo cognitivismo como contrafactuais, pois são formuladas com base numa realidade pressuposta (FAUCONNIER, 1997). Nelas, o falante se projeta para dentro desse universo criado para, então, ser imbuído de características tais que lhe possibilitem agir da maneira que deseja, ou seja, o falante se projeta nesse universo imaginado e, então, expressa-se tendo como ponto de partida esse novo enfoque. Acreditamos que isso também aconteceria, portanto, quando se fizesse uso do imperfeito do indicativo em vez do futuro do pretérito.

Segundo Mateus *et al* (1983, p. 148), modo está relacionado à modalidade.

O modo é uma categoria (morfológica) formal do verbo e tem função modal, ou seja, a atitude do falante (modalidade) em relação ao que diz pode ser expressa pelo modo do verbo, envolvendo, geralmente um conjunto de paradigmas verbais que variam de língua para língua. No caso do português, têm-se os modos indicativo, subjuntivo e imperativo, e é através deles que a relação modal entre o locutor e o estado de coisas se expressa.

No modo indicativo, que é o que nos interessa aqui, o locutor reconhece o estado de coisas como necessário ou altamente provável (SILVA, 2002, p. 481, 4º e 5º §).

Para Ilari (2001, p. 33), auxiliares como *ter que*, *dever*, *haver de* associam diferentes tipos de modalidade (que a tradição gramatical chama de *obrigação*, *dever* e *determinação*) ao valor temporal. Destaca ainda que *haver* e *dever* não formam sentenças aceitáveis em todos os tempos do indicativo; portanto, não é possível formar com o pretérito perfeito sentenças como:

(3-13) *²⁵ *Eu houve de aceitar as condições.*

* *Eu devi aceitar as condições.* (p. 33, 2º §)

Ainda segundo o autor, a não aceitabilidade das sentenças acima quando os auxiliares estão no pretérito perfeito sugere que os referidos auxiliares constroem formas perifrásticas com valores não-momentâneos (ILARI, 2001, p. 33, 2º §).

A impressão que temos é que esses auxiliares não fazem recortes claros no tempo real, ficando, portanto, no campo da expressão da hipótese.

Já o auxiliar *ter que* forma sentenças aceitáveis em todos os tempos do passado, mas com diferenças de sentido que não são apenas temporais.

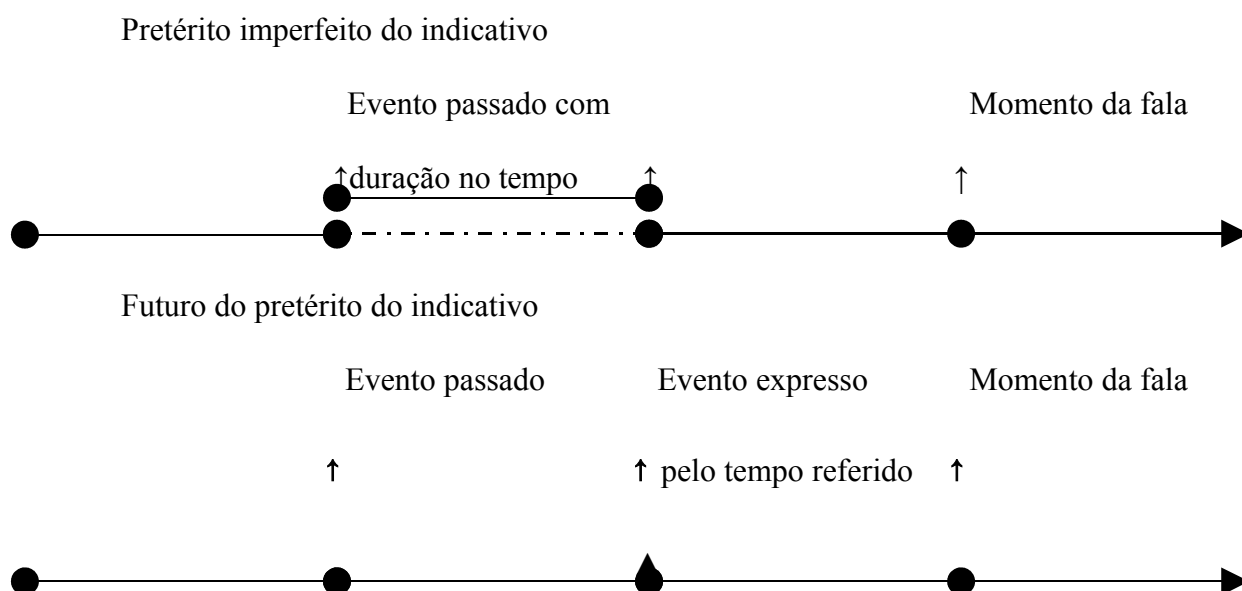
(3-14) *X tinha que viajar para Óbidos no dia seguinte.*

(3-15) *X teve que viajar para Óbidos no dia seguinte.* (ILARI, 2001, p. 33)

Em (3-15), infere-se que X, de fato, viajou no dia marcado, o que já não se pode inferir a partir da seqüência (3-14). O mesmo se aplica a outros auxiliares *como querer + infinitivo*, *ser obrigado a + infinitivo*, nos quais o aspecto modal fica mais claramente marcado. Por isso, Ilari defende que é mais correto tentar derivar os valores temporais dos modais do que o inverso (ILARI, p 33, 2º §).

²⁵ Sinal utilizado pelo autor para indicar a não-aceitabilidade das sentenças.

Fazendo uso da metáfora de tempo visto como espaço (de acordo com os estudos de LAKOFF e JOHNSON, 1980), poderíamos esquematizar uma espécie de linha temporal, onde os tempos verbais aqui estudados se localizariam, numa esquematização básica, da seguinte forma:



Mas, como já mencionamos, além de exprimir um processo posterior a um processo passado, o futuro do pretérito pode exprimir também hipótese, probabilidade, incerteza, não comprometimento do falante ou, ainda, modéstia ou cerimônia.

Já o imperfeito pode exprimir um processo passado com duração no tempo, podendo também ser usado para expressar irrealidade. A partir daí, abre-se uma possibilidade para o intercâmbio entre as duas formas, com as referências à hipótese, probabilidade, incerteza, não comprometimento, modéstia, cerimônia, irrealidade e, ainda, possibilidade.

Além destas questões, há também o fator da modalização, que aponta a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional do enunciado, “distinguindo o *dictum* do *modus*. O *dictum* é o conteúdo proposicional e o *modus* é o que determina a atitude ou o modo como aquilo que se diz é dito” (SILVA, 2002, p. 482, 2º §). Envolvendo, dessa

maneira, “gradações semânticas indicativas de dúvida, hipótese, certeza, intenção, desejo, obrigação, nuances que fazem parte da estruturação do discurso e são importantes do ponto de vista pragmático” (SILVA, 2002, p. 482, 2º §).

Ainda segundo Silva, “o conteúdo de verdade em um ato de fala vem sempre mesclado com o conhecimento e julgamento do falante”, e, portanto, “toda verdade contida em um ato de fala traz consigo a avaliação do falante acerca das coisas do mundo” (SILVA, p. 484, 5º §; p. 489, 4º §).

Silva (2002, p. 481, 3º §), seguindo Weinrich (1970, p. 40), também nos ajuda a pensar sobre o assunto: para ele, “a linguagem está completamente desinteressada da realidade ou não-realidade dos eventos”, ela se liga ao modo como seus usuários consideram esses eventos. Portanto, o universo de referências para a interpretação de um enunciado depende do conhecimento de mundo, das expectativas e observações dos participantes do discurso. O que vem confirmar que, a partir do momento em que o falante se projeta para o universo criado por seu discurso, torna-se possível falar sobre seqüências de acontecimentos dentro desse universo criado como se tivessem, de fato, acontecido, levando em consideração a posição assumida pelo falante em relação ao enunciado proferido.

Segundo Pontes, o que parece que une esses tempos verbais usados de modo diferente do previsto pela gramática é a eliminação da distinção entre o modo do real e o modo do irreal.

A autora afirma que “as formas que sobraram de tempos verbais que caíram ou estão caindo em desuso são as formas hipotéticas” (...). É “o caso do futuro, do qual sobrou ‘que será’. É o caso também de ‘pudera’, ‘quem dera’ e ‘tomara’, que sobraram do mais-que-perfeito, significando ou desejo, ou o hipotético, simplesmente” (PONTES, 1990, p. 49, 8º §).

5.1 INDICATIVO *VERSUS* SUBJUNTIVO

Eunice Pontes (como outros autores) afirma haver um contraste básico entre as formas do subjuntivo, que indicam desejo, dúvida, hipótese, incerteza ou indefinição (o que podemos pensar como conotação de irreal), e as do indicativo, que indicam o fato, sem conotação de irreal. Afirma, ainda, que “há essa distinção modal na morfologia do verbo português, com base na existência do contraste, tanto em orações independentes como dependentes”, com destaque para a asseveração de que “haver complementação em outras situações não desmente esse fato”; e que essa “seleção de formas confirma o sentido do modo subjuntivo, contrário ao do indicativo” (PONTES, 1972, p. 74, 1º §).

Já Koch (1995, p. 52) caracteriza o indicativo como o modo que exprime uma atitude de certeza relativa²⁶ do falante em relação ao processo que enuncia e aparece junto com as noções de tempo passado, presente ou futuro.

5.2 PRETÉRITO IMPERFEITO *VERSUS* FUTURO DO PRETÉRITO

Faremos a seguir um breve apanhado das noções que podem ser expressas pelos tempos verbais em questão, a fim de facilitar a compreensão da possibilidade de troca entre eles.

O tempo passado é usado para exprimir um processo anterior ao momento da fala e pode manifestar-se pelo imperfeito, perfeito ou mais-que-perfeito. O imperfeito expressa um processo passado com duração no tempo (aspecto), indicando concomitância ou habitualidade, podendo ser usado ainda para indicar tempos passados concebidos como

²⁶ Grifos nossos.

contínuos ou permanentes ou, metaforicamente, para expressar irrealidade (KOCH, 1995, p. 52-53).

Pontes, ao se referir ao fenômeno aqui abordado, diz que o pretérito imperfeito na língua coloquial atual substitui o futuro do pretérito (para os portugueses, modo condicional), que, segundo ela, tem seu uso atual restrito à literatura:

Se eu pudesse, eu ia / iria lá. (PONTES, 1990, p. 48, 4º §)

Segundo Pontes, o pretérito imperfeito pode indicar um tempo futuro, mas em relação a algo passado (futuro do pretérito), como em:

*Tudo ele tinha que fazer ontem, porque se deixasse pra hoje, juntava o serviço de ontem, complicava mais.*²⁷ (III 25, p. 77, 1º §)

No exemplo acima, temos a primeira ocorrência do imperfeito referindo-se a uma obrigação que se estabeleceu no passado (*tinha que fazer*) e as duas ocorrências seguintes (*juntava, complicava*) se referindo a uma possibilidade que só se tornaria realidade se a primeira ação expressa não se tivesse cumprido (*tudo ele tinha que fazer ontem*).

Diante desse exemplo (além de outros apresentados no presente trabalho) podemos ver que há uma oposição temporal entre formas verbais que não se referem ao passado e outras que se referem, basicamente, ao passado, embora estas possam se apresentar neutralizadas em relação ao tempo. Assim, Pontes propõe que, “se não podemos dividir esquematicamente as formas verbais em presente, passado e futuro (...), podemos classificá-las” em formas que se referem ao passado e formas que não se referem ao passado (não-passado). (PONTES, 1972, p. 77)

Rodolfo Ilari (2001, p. 27, 3º §) destaca que uma seqüência de sentenças no imperfeito do indicativo em uma narrativa pode ser interpretada como indicação de que o momento de referência é o mesmo para todas, produzindo um efeito de descrição diferente

²⁷ Grifos nossos.

daquele de uma seqüência de sentenças no perfeito do indicativo, que normalmente é interpretada como apresentação de fatos sucessivos. Segundo o autor, esta é uma das principais diferenças entre esses tempos.

É possível que isto se deva ao fato de o imperfeito poder designar processos que têm curta duração dentro da escala temporal, enquanto o perfeito indica ações mais pontuais. Por isso ações expressas no imperfeito podem coexistir, ocorrer num mesmo intervalo de tempo, ou em tempos diferentes, mas com uma interseção entre o fim de uma e o início da outra, enquanto as descritas pelo perfeito não podem ocorrer nas mesmas circunstâncias, mas somente como uma seqüência.

O tempo futuro indica um processo posterior ao momento da fala ou do fato narrado, e pode manifestar-se pelo futuro do presente ou do pretérito. O futuro do pretérito indica um processo posterior a algo passado, mas pode indicar também hipótese, probabilidade, incerteza, ou não comprometimento do falante com o que está sendo dito, além de valor de presente, exprimindo modéstia ou cerimônia.

Segundo Longo e Campos (2002), de acordo com Comrie (1986), os tempos verbais possuem um valor semântico nuclear, mas seus usos são determinados pragmática e/ou discursivamente, o que significa que o falante adapta os usos de determinados tempos verbais à sua necessidade de expressão em cada situação de fala. Mas isso não quer dizer que haja uma total liberdade de escolhas: é preciso respeitar a correspondências entre os valores semânticos nucleares dos tempos verbais – que, contudo, podem ser intercambiáveis.

Podemos dizer, portanto, com base nesta teoria, que a alternância entre os tempos verbais do pretérito imperfeito e do futuro do pretérito é possível de acordo com os contextos de uso, pelo fato de esses verbos compartilharem a possibilidade de manifestar traços de aspecto inconcluso.

Ainda de acordo com Longo e Campos (2002), seguindo Silva (1997), o futuro do pretérito pode ser usado com valor modal, exprimindo hipótese ou polidez (entre outros valores) sendo a interpretação temporal pouco freqüente. A forma sintética e a perifrástica do futuro do pretérito podem concorrer com o imperfeito do indicativo simples. Elas são usadas com valor temporal principalmente quando o falante adota a perspectiva prospectiva em narrativas.

Nos estudos de Pontes (1972), o futuro do pretérito ocorre mais freqüentemente (8 exemplos em 1500 orações) que o chamado futuro absoluto (chamado de forma marginal no sistema por estar em via de desaparecimento); o futuro do pretérito é mais raro do que a formas descritas como integrantes do sistema flexional propriamente.

O coordenador seria F. (IV 17)

Se eu recebesse apartamento, provavelmente casaria em novembro.²⁸ (III 76)

A autora atesta ainda que, paralelamente, o pretérito imperfeito ocorre com mais freqüência, (o que já era indicado por SAID ALI, em sua *Gramática Secundária*, na p. 226), ou a forma perifrástica do futuro do pretérito, composta de pretérito imperfeito do verbo ir + o infinitivo do verbo principal, como podemos ver nos exemplos a seguir.

Deveria... tinha que ser moça. (IV 97)²⁹

... então eu ia casar em novembro. (VI 17)³⁰

Pontes propõe que, pela comparação dos exemplos acima, pode-se presumir um morfema /-ria/, “cuja significação parece ser “modal”, ligada à “irrealidade”. Refere-se, mais freqüentemente, a uma hipótese, estando relacionada com o pretérito do subjuntivo. Kahane e Hutter classificam-na com “potencial”. (v. 1953, 34)

²⁸ Grifos nossos.

²⁹ Grifos nossos. Nesse exemplo, temos a substituição do futuro do pretérito pela forma composta com o pretérito imperfeito na própria seqüência de fala, após uma hesitação marcada pelas reticências.

³⁰ Grifos nossos.

De acordo com Mattoso Câmara, “o futuro do pretérito não escapa às contingências de expressão modal”, presentes na essência da categoria de futuro, que pode ser “um tempo, ter gradações modais ou ser francamente intemporal” (1956, p. 49, *in*: PONTES, 1972, pp.94-95).

5.3 O QUE OS TEMPOS EM QUESTÃO TÊM EM COMUM

A explicação dada acima sobre como surgiu o futuro do pretérito em Português é de grande importância para justificar a troca que o falante faz entre esta forma e o imperfeito. Pois, se o futuro do pretérito, como já dissemos, foi formado perifrasticamente a partir do infinitivo do verbo que se pretendia usar mais o imperfeito contraído do auxiliar *haver*, não é de se estranhar que a conjugação desse auxiliar contaminasse de certa forma a construção resultante.

Gladstone Chaves de Melo nos informa que, nas línguas românicas, a noção de aspecto

se mistura ao tempo, predominando este. Num imperfeito – trabalhava, respondia, contestava – percebe-se, antes de mais, um passado, ficando apenas subjacente a idéia de ação inacabada, ou sem contornos ou solta no espaço, sem princípio nem fim delimitados, ou vagamente concomitante de outra, esta, sim, precisa e nítida: Eu morava em Lisboa quando você passou por lá em 1973, diferente da idéia contida em Eu andava ainda duas léguas, se você me fizesse companhia³¹ (MELO, 1976, p. 160, 2º §).

Nesta seqüência, o mesmo autor traz uma rica série de exemplos desse uso hipotético do imperfeito, transportando locutor e interlocutor para um universo imaginado. O narrador projeta-se para o universo onírico narrado e, e a partir daí, inserido nesse

³¹ Contendo esta última a noção de hipótese sendo expressa.

contexto criado, refere-se a um passado inconcluso, com certo grau de duração no tempo, mas tudo isso dentro dessa possibilidade criada.

Ficávamos sonhando horas inteiras,
Com os olhos cheios de visões piedosas:
Éramos³² duas virginais palmeiras,
Abrindo aos céus as palmas silenciosas.

As nossas almas, brancas, forasteiras,
No éter sublime alavam-se radiosas.
Ao redor de nós dois, quantas roseiras...
O áureo poente coroava-nos de rosas.

Era um arpejo de harpa todo o espaço:
Mirava-a longamente, traço a traço,
No seu fulgor de arranjo proibido.

Surgia a lua, além, toda de cera...
Ai como suave então me parecera
A voz do amor que eu nunca tinha ouvido. (GUIMARÃES, 1955, p. 351, in:
MELO, 1976, p. 160)

Nesse texto, “quase toda a poesia resulta dos aspectos traduzidos nos diversos usos do imperfeito, do mais-que-perfeito simples e do composto (este formado com o imperfeito, portanto com algumas de suas implicações)” (MELO, 1976, p. 161, 1º §). O universo criado projeta-se a partir da primeira estrofe do primeiro verso da obra citada (*Ficávamos sonhando horas inteiras*) e vai até a segunda estrofe do quarto verso (*Ai como suave então me parecera*), quando se encerra o espaço imaginário, voltando o amante para o mundo real.

Melo defende que “o futuro do pretérito (...) é uma morfotaxe talvez mais rica de aspecto que de tempo, seja na forma simples, seja na composta” (MELO, 1976, p. 165, 2º §). Esse emprego do imperfeito pelo futuro do pretérito na linguagem coloquial “se explica fácil, porque o imperfeito também é mais aspectual que temporal e mais facilmente ocorre ao falante que o tem sempre na ponta da língua” (MELO, 1976, p. 165, 6º §).

³² Grifos nossos.

Para Pontes (1990), explica-se essa possibilidade de uso do imperfeito pelo futuro do pretérito com o fato de ambos expressarem o desconhecido. O que está distante do momento da enunciação aproxima-se, portanto, do irreal. De acordo com a autora, “a nossa experiência se dá no presente. O que a língua mostra é o estabelecimento de uma relação entre o imaginário, o mundo da fantasia, e o não-contemporâneo” (PONTES, 1990, p. 50, 2º §).

Ao usar o imperfeito no lugar do futuro do pretérito, mudamos o foco de atenção sobre as idéias relacionadas a tempo que podem ser expressas pelo verbo: o que emerge quando se dá essa troca não é propriamente um recorte na linha temporal, mas a possibilidade de expressar o não-real, o que está distante do momento da enunciação.

Segundo Comrie (1986), os usos dos tempos verbais são determinados pragmática e discursivamente, mas seu valor semântico nuclear não é definido. Isso quer dizer que o falante adapta os usos de determinados tempos verbais à sua necessidade comunicativa na situação de fala. Mas, como já dissemos, não há uma liberdade total de escolhas. É preciso respeitar a correspondência entre os valores semânticos possíveis dos tempos verbais que podem ser intercambiáveis. A possibilidade de alternância entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito se deve, então, ao fato de eles compartilharem a capacidade de expressar aspecto inconcluso.

De acordo com o mesmo autor,

(...) diferentemente do tempo, categoria dêitica, que localiza o estado de coisas no tempo em relação ao momento da fala ou, ocasionalmente, com relação a outro ponto preestabelecido no tempo, o aspecto verbal refere-se à estrutura de tempo interna de uma situação (p. 448, 3º §).

Além disso, “em Português, a conotação aspectual não se dá só pelas desinências, nem principalmente por elas, mas por meio de prefixos e sufixos, verbos auxiliares, combinações de verbos” (MELO, 1976, p. 161, 3º §), ou seja, essa expressão do aspecto

verbal pode-se fazer de várias maneiras: por meio do léxico, da flexão, dos recursos derivacionais e das perífrases formadas por um verbo auxiliar, que recebem flexão + um verbo em uma forma reduzida: particípio, gerúndio, ou infinitivo. Esta última nos interessará aqui para explicar como, por meio da formação do futuro do pretérito, manteve-se entre essa forma e o imperfeito uma similaridade de aspecto, que as manterá ligadas. Lembramos ainda que a forma perifrástica do futuro do pretérito se faz com o verbo auxiliar no imperfeito do indicativo mais o particípio do verbo principal, como numa volta a suas origens.

Define-se conjugação perifrástica, segundo Cuesta *et al* (1971, p. 429, 1º §), como “combinação dum verbo que perdeu o seu sentido próprio para se converter em auxiliar com o infinito (precedido ou não de preposição ou conjunção *que*), gerúndio ou particípio de outro verbo cujo significado precisa ou modifica”.

5.3.1 Razões que poderiam explicar o uso de um tempo verbal por outro

A tradição gramatical distingue três tipos de condicional: real, potencial e irreal. No estudo realizado por Gryner (1990),

O uso das variantes subjuntivo e indicativo foi correlacionado à atitude epistêmica ou grau de certeza. A condicional potencial pode apresentar dois graus de certeza, de acordo com a maior ou menor probabilidade que o falante atribui à realização do fato enunciado: provável (substituível por ‘sempre que’); ou possível (substituível por ‘por acaso’) (GRYNER *et al. in*: MOLLICA e BRAGA, p. 99, 3º §).

Segundo a perspectiva, o mesmo fenômeno tem sido descrito com base: no valor de verdade da proposição; no “grau de certeza” do falante em relação ao conteúdo da proposição; na pressuposição do enunciado; no grau de acessibilidade do conteúdo oracional armazenado na memória (GRYNER *et al. in*: MOLLICA e BRAGA, nota de pé de página nº 10, p. 99).

As condicionais [prováveis] (...) tendem a ocorrer com o indicativo. As condicionais [possíveis] (...) tendem a correlacionar-se com o subjuntivo (...), a partir da correlação entre os fatores “provável” e “possível” e as nuances de significado dependentes do contexto, quando se interpretam linguisticamente os resultados estatísticos obtidos (GRYNER *et al. in*: MOLLICA e BRAGA, p. 100, 1º §).

Transportando essas idéias para a análise do assunto aqui tratado, o fato de querer frisar ser mais ou menos provável/possível um ou outro aspecto daquilo que se expressa poderia influenciar o falante na escolha de uma ou de outra forma. Mas, ainda que reconheçamos a importância dessa característica, não a consideramos como única em relação a tal fenômeno.

Gryner recorre à noção de contraste ao investigar o comportamento dos períodos hipotéticos em português. Eles podem se realizar por meio de variantes distintas, que são categorizadas segundo o “modo de conexão entre prótase e apódose” (oração adverbial e oração principal nas abordagens tradicionais) e segundo o “tempo e modo verbais da prótase”: futuro do subjuntivo, presente do indicativo e gerúndio. A autora sustenta que os períodos hipotéticos aparecem em trechos do discurso nos quais se apresenta alguma questão polêmica que impõe ao locutor uma escolha e, conseqüentemente, a sustentação de uma posição ou ponto de vista em princípio discutível. O enunciado hipotético pode corroborar, contradizer ou ser neutro em face do enunciado que expressa a posição do locutor. A corroboração dessa posição, através do período hipotético, caracteriza-se pela reiteração, particularização ou generalização de aspectos que constituem a posição. Já a contestação é marcada pela presença de elementos como “mas, agora”, ou de outras expressões contrastantes e/ou oposição lexical a algum elemento do enunciado que veicula a posição do locutor. A neutralidade é explicitada pelas expressões “depende, não sei, conforme, não importa”, não contestando nem assumindo qualquer posição (*apud* BRAGA, Maria Luíza. *In*: MOLLICA e BRAGA, p. 112, 5º §).

Gryner mostra ainda que

a variante com “futuro do subjuntivo na prótase”, quase sempre encabeçada por um conectivo, apresenta correlações mais nítidas com a linha de argumentação: tende a ocorrer em enunciados que contestam a posição do locutor e raramente em enunciados que confirmam seu ponto de vista. A variante com “presente do indicativo na prótase”, usualmente justaposta à apódose apresenta uma distribuição inversa à anterior (*apud* BRAGA, Maria Luíza. *in*: MOLLICA e BRAGA, p. 113, 4º §).

A localização dos atos, estados e processos expressos pelas sentenças no tempo são o resultado de uma construção que envolve os morfemas verbais, os auxiliares, adjuntos e informações que, eventualmente, buscamos no contexto (ILARI, 2001, p. 82, 4º §).

No nível de combinação de orações, os pesquisadores têm duas opções: ou privilegiam uma relação semântica e procuram identificar seus contextos de ocorrência e as marcas formais através das quais ela pode se manifestar, ou privilegiam uma marca formal e procuram identificar seus contextos de ocorrência e as relações proposicionais suscetíveis de serem expressas por ela. “As duas escolhas atestam a possibilidade de tratamento estatístico de certas correlações discursivas” (BRAGA, Maria Luiza. *in*: MOLLICA e BRAGA, p. 113, 5º §).

5.3.2 A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito na expressão da hipótese

Embora se reconheça que as noções de modo, tempo e aspecto estejam intimamente relacionadas em nossa língua, sendo praticamente impossível dissociá-las, elas estão caracterizadas a seguir, a fim de se esclarecer alguns pontos importantes para a discussão que pretendemos travar aqui.

A modalidade traduz a atitude do falante (de certeza, impossibilidade, solicitação, etc.) em relação ao fato que enuncia (KOCH, 1995), sua apreciação qualitativa em relação ao enunciado. Ela engloba todos os meios lingüísticos pelos quais o falante pode caracterizar a relação entre o participante em um determinado estado de coisas e a realização potencial deste estado de coisas.

A aspectualidade é uma categoria não dêitica pela qual se quantifica o evento expresso pelo verbo ou se expressa a constituição interna de momentos ou intervalos de

tempo que se incluem nesse evento, ou seja, a duração do processo em questão. Faz-se a distinção basicamente entre perfectivo e imperfectivo.

Já a temporalidade é uma categoria dêitica que expressa relações de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade entre os momentos da fala, do evento e da referência.

Diferentemente do tempo, que localiza um estado de coisas em relação ao momento da fala ou, ocasionalmente, a outro ponto preestabelecido no tempo, o aspecto verbal refere-se à estrutura de tempo interna de uma situação (LONGO e; CAMPOS, 2002).

De acordo com Koch (2003, p. 54, 1º §), segundo as considerações de Weinrich (1964), os tempos verbais podem ser usados como base para distinção entre dois tipos de atitude comunicativa: o mundo comentado e o mundo narrado. No primeiro, há um maior nível de comprometimento do falante com o enunciado, enquanto no segundo o falante se distancia do discurso, não se comprometendo, portanto, com o que é relatado. Com base nessa explicação, acreditamos que o uso do imperfeito aproxima o enunciado do mundo comentado, enquanto o uso do futuro do pretérito leva a uma aproximação do mundo narrado.

6 ANÁLISE DOS DADOS SELECIONADOS

Antes de iniciar a análise, gostaríamos de esclarecer que as reproduções a seguir são fiéis às escritas de seus autores: não foi feito qualquer tipo de correção nos textos apresentados.

No caso das correspondências, foi feita uma aproximação entre a escrita do século XVIII e a escrita atual; estes textos foram escolhidos pelo grupo de pesquisa do curso de História da UFJF, que gentilmente nos cedeu o material. Mantivemos este *corpus* tal como o recebemos.

A seguir, analisaremos trechos do *corpus* levantado para este trabalho no qual se verifica o uso considerado padrão para o imperfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo, além de trechos nos quais se verifica variação do uso do imperfeito do indicativo, ora expressando hipótese, - competindo, portanto, com o futuro do pretérito do indicativo - ora expressando ação costumeira que se realiza no passado, de acordo com a norma padrão, o que ocorre com considerável frequência em trabalhos escritos por alunos em diferentes estágios de escolaridade no Português do Brasil (tomando como base a variante mineira presente na cidade de Juiz de Fora), mas que já ocorria em textos do século XVIII.

Esses trechos serão acompanhados de indicação dos diferentes períodos de tempo trabalhados, estágios de escolaridade e estrutura frasal encontradas, apontando ainda, entre parênteses, os fatores sexo, série, formação escolar e aspecto ou noção ligada a aspecto expressa por cada período.

6.1 Correspondências entre a Coroa Portuguesa e a Colônia

Passamos agora a comentar os excertos das correspondências do século XVIII.

Texto I, 1ª parte analisada:

Que se me _____ V. Mag.e em ordem aos negros forros é que estes ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos na lavras de ouro, nas dos Diamantes, nas roças e comumente lascam para si de que se segue a V. Mag.e a utilidade de seus quintos, que seriam menos se eles não minerassem. (Conde de Galveias, Minas Gerais, Cx.: 22, Doc.: 41, 07/10/1732, pág. 63, 1º §)

No trecho acima, podemos observar o uso do verbo *ser* no futuro do pretérito do indicativo, indicando hipótese, em conformidade com a norma padrão. A estrutura presente é a seguinte: prótase condicionada (*que seriam menos*) e apódose condicionante iniciada pela partícula *se* (*se eles não minerassem*). O autor projeta, em seu texto, um universo possível, embora distinto do real, em que uma ação acarretaria outra, estabelecendo relação de condicionalidade entre um fato hipotético anterior e um posterior.

Texto I, 2ª parte analisada:

Faço saber a vós Conde das Galveas gov.a e Cap.m G. al das Minas que se viu o que respondestes em carta de 7 de outubro do ano passado a ordem que foi sobre informares, declarando se se seguiam alguns inconvenientes de haver negros forros nesta Capitania e do número deles e se havia freqüência em se lhe concederem as alforrias representando-me que o que se vos oferecia dizer-me em quanto aos negros forros era, que estes ordinariamente são atrevidos, mas no (?) mesmo tempo trabalhavam todos nas lavras de ouro, diamantes e roças e comumente lascavam para si de que se seguia utilidade aos meus quintos e que o número não era fácil saber-se, porque não houvera até agora quem o examinasse e quanto às alforrias não havia dúvida que muitas se faziam umas por gratidão de seus senhores por alguns serviços que deles recebiam e outras com o dinheiro que ajuntavam os mesmos negros: e no que respeitava aos mulatos forros, que estes são mais insolentes, porque a mistura que têm de brancos os enche de tanta soberba e vaidade que fogem ao trabalho servil com que poderiam viver e assim vive a maior parte deles como gente ociosa. (documento pertencente ao Conde de Galveias, Minas Gerais, Pág 66, Cx.: 22, Doc. 41, 2º §, Lisboa Ocidental, 17 de junho de 1733)

Já nesse trecho, encontramos o imperfeito do indicativo expressando hipótese, ou seja, em competição com o futuro do pretérito do indicativo nas duas primeiras ocorrências registradas: *declarando se se seguiam alguns inconvenientes de haver negros forros nesta Capitania* – oração reduzida de gerúndio (*declarando*) e objeto direto oracional acompanhado pela partícula *se*, dando caráter incerto ao fato que se expressa na seqüência (*se se seguiam alguns inconvenientes de haver negros forros nesta Capitania*); *se havia freqüência em se lhe concederem as alforrias*, também objeto direto oracional, completando a idéia do que deveria ser declarado ao Conde das Galveas na ocasião apontada na referida carta.

Mas devemos reparar que, nos casos acima, não se deixa de expressar certa noção de continuidade, duração no tempo, características *próprias* do imperfeito. O escritor da carta pretende saber se tais ocorrências costumam ocorrer, se há freqüência na concessão de alforrias. Acreditamos, portanto, que estão mescladas nesses exemplos as noções de hipótese e habitualidade.

Essas noções estão também sobrepostas nos exemplos: *representando-me que o que se vos oferecia* - oração reduzida de gerúndio (*representando-me*) seguida de objeto direto oracional (*que o que se vos oferecia*), lembrando que, dessa vez, a partícula *se* não se encontra com função de condicionante como nos exemplos anteriores; na seqüência temos um novo desmembramento, uma oração reduzida de infinitivo (*dizer-me*), seguida de novo objeto direto oracional (*em quanto aos negros forros era*).

Essa sobreposição de valores torna difícil a classificação desses exemplos como predominantemente pertencentes a uma ou outra noção, já que fazem parte de um longo período encabeçado pela conjunção que indica condicionalidade/hipótese *se* (*declarando se se seguiam*), mas fazendo referência a uma situação real em que a colônia se encontrava quando a carta a que esta serve de resposta foi escrita. Por isso, defenderemos que, apesar

da forte mescla entre as duas noções citadas, a idéia de fato passado sobre o qual não há garantia de continuidade até o momento do enunciado se sobrepõe à noção de possibilidade de ocorrência. Na situação apontada, foram oferecidos ao rei dados de que se dispunha na época em que foi enviada correspondência. A quantidade de negros forros poderia não ser mais a mesma na época em que a carta chegou a seu destinatário. O escritor se precavê de qualquer prejuízo que possa ser causado pela imprecisão ou desatualização da informação transmitida ao utilizar o pretérito imperfeito.

Em seguida, o mesmo trecho apresenta nove ocorrências de verbos no imperfeito: *trabalhar, lascar, seguir, ser, haver, fazer, receber, ajuntar, respeitar*, mas, desta vez, traduzindo fatos com aspecto de habitualidade, além de ações com aspecto cursivo, ou seja, em processo no momento da enunciação:

mas no (?)³³ mesmo tempo trabalhavam todos nas lavras de ouro,(...) e comumente laiscavam para si de que se seguia (...) e que o número não era fácil saber-se,(...) e quanto às alforrias não havia dúvida que muitas se faziam umas por gratidão de seus senhores por alguns serviços que deles recebiam e outras com o dinheiro que ajuntavam os mesmos negros: e no que respeitava aos mulatos forros, que estes são mais insolentes,(...).

Mais uma vez o escritor se precavê de qualquer tipo de imprecisão nas informações contidas na carta, tendo em vista a demora entre um comunicado e sua resposta.

No final desse trecho, temos o verbo *poder* conjugado no futuro do pretérito, indicando a possibilidade de trabalho servil como alternativa de sobrevivência para os negros forros, segundo Dom João, fato este que não se verificava na realidade e, por isso, ainda segundo o rei de Portugal, a maior parte deles vivia como gente ociosa: *que fogem ao trabalho servil com que poderiam viver*.

³³ Indicativo de que havia uma palavra nesse ponto do texto que não pôde ser compreendida pelo grupo de estudos do Departamento de História que nos cedeu o material.

Texto II, 1ª parte analisada:

Informando-me do número de mulatos e negros forros que poderia haver nestas Minas como V. Mag. e me ordena por carta de 17 de Junho do ano passado mandei aos oficiais de Milícias que assistem nas freguesias me remettessem uma lista de todos os que achassem nelas, declarando a ocupação que cada um tivesse e o exercício em que se empregava (...) (documento pertencente ao Conde de Galveias, Minas Gerais, Pág 65, Cx.: 22, Doc. 41, 1º §, Vila Rica 10 de Março de 1734)

No trecho acima, encontramos o verbo *poder* conjugado no futuro do pretérito, indicando hipótese. Pretende-se saber o número provável de negros forros em Minas, e, em seguida, o verbo *empregar* no imperfeito. Embora fazendo parte do mesmo trecho em que aparece o *poder*, ou seja, incluindo-se nessa noção de possibilidade, há também a noção de fatos de ocorrência corriqueira dentro dessa realidade possível.

Esses acontecimentos são descritos no passado, pois, mais uma vez, são essas as informações de que o autor da carta dispõe. O Conde não pode afirmar com certeza que esses mulatos ainda se empreguem no mesmo ofício em que se empregavam quando mandou que os Oficiais de Milícia fizessem o levantamento, tendo em vista a demora entre a ordem e seu cumprimento em virtude das distâncias a serem percorridas.

Texto II, 2ª parte analisada:

(...) como a maior parte deles se acham ocupados nos ofícios mecânicos que exercitam nas lavras e roças, em que trabalham e alguns, sendo suas as ___ se reduz a muito menor número do que se imaginava os ociosos e vadios (...) (documento pertencente ao Conde de Galveias, Minas Gerais, Pág 65, Cx.: 22, Doc. 41, 4º §, Vila Rica 10 de Março de 1734)

O verbo *imaginar*, conjugado no imperfeito do indicativo, destacado no trecho acima, indica um ato passado com extensão no tempo, ou seja, pensou-se dessa forma, não momentaneamente, mas por algum espaço de tempo num período.

Texto III:

(...) com o interesse da sua liberdade a tudo se sujeitam, vivendo entre católicos, como se ainda estivessem nas suas gentilidades, vindo a ficar M(?) do desagrado de D.s aquela mesma que se devia respeitar por boa se fosse fundada na caridade e não na conveniência própria (...) (Câmara de Mariana, Minas Gerais, pág. 499 e 500 Cx.: 67, Doc.: 65, 1º §, 05 de maio de 1755)

Já o verbo *dever* que destacamos nessa passagem, embora conjugado no imperfeito do indicativo, é entendido, no contexto, como transmissor da idéia de algo a ser feito e que não o é – com noção de hipótese, portanto. Mas permanece – adjacente – a noção de duração do gesto de respeito nesse tempo hipotético.

Texto IV:

Mandando V. Mag.e que as Companhias de Ordenança nos seus distritos uma vez ou duas cada mês em os mesmos dias em cada termo e comarca assaltem e procurem as matas as quartinas cada uma na freguesia respectiva, tomadas as estradas sem dúvida serão todos os negros fugitivos e malfeitores presos ou mortos, quando se não entreguem, porque se acaso algum escapasse de alguma freguesia caía na outra, aonde ao mesmo tempo achava gente armada de quem facilmente não podia escapar e castigados com a pena respectiva aos delitos, e pela terceira vez pena Capital só pelo crime da fugida: parece, Senhor, se extinguirão os ladrões, não haveriam negros fugidos e finalmente estariam os vassallos de V. Mag.e sucegados, os caminhos desembaraçados e as famílias sem risco: (Câmara de Vª Rica - acerca dos escravos fugitivos, Vila Rica, Cx.: 80, Doc: 46, 16/06/1762, p. 365, 1º §)

O trecho acima traz uma sugestão de medida a ser tomada pelo rei de Portugal para acabar com os problemas de negros fugitivos na colônia do Brasil. Conclui-se que nada disso teria sido feito ainda, mas aquele que faz a sugestão usa conjugados no imperfeito do indicativo os verbos que expressam essa situação hipotética de tentativa de fuga e captura. Neste caso, todo o período é encabeçado por uma prótase condicionante com verbo no

imperfeito do subjuntivo (*se acaso algum escapasse de alguma freguesia*), iniciada pela conjunção condicionante *se* e reforçada pelo uso do advérbio *acaso* com idéia de hipótese, seguida das apódoses condicionadas pelo ato expresso na primeira oração (*caía na outra; achava gente armada; não podia escapar*).

Mas também se pretende transmitir, nesse trecho, a noção de habitualidade, de recorrência: todas as vezes que os negros tentassem fugir, dentro desse universo hipotético no qual a medida seria adotada, cairiam em ciladas, encontrariam gente armada e não poderiam fugir.

O interessante é que, na mesma frase, ao expressar o esperado resultado de tal sugestão, o autor da carta faz uso do futuro do pretérito na conjugação dos verbos *haver* e *estar* para expressar a noção de hipótese, de algo que só ocorreria em seu imaginário: (*não haveriam negros fugidos e finalmente estariam os vassalos de V. Mag.e sucegados*). Esse trecho é, portanto, extremamente representativo para ilustrar a possibilidade de alternância já existente no século XVIII entre tais tempos verbais.

Na análise destas correspondências, e de outras constantes no *corpus* reproduzido em anexo, foram observadas vinte e quatro ocorrências das formas verbais aqui estudadas:

Futuro do Pretérito	Imperfeito	Imperfeito
(com idéia de hipótese)	(com idéia de fato passado)	(com idéia de hipótese)
05	13	06

Conclui-se que há, neste conjunto de dados, um equilíbrio entre os dois usos em questão, já que a diferença entre o número de ocorrências do imperfeito e do futuro do pretérito para indicar hipótese é de apenas um dado. O equilíbrio encontrado aqui é diferente do resultado que encontraremos nos dados de escrita atuais. O que pode ser interpretado como uma maior incidência de traços de oralidade nesta modalidade de escrita aqui analisada – correspondências escritas com alto grau de formalidade, porém ditadas por seus autores a escrivães designados para tal tarefa. O que nos mostra uma ampla produtividade deste uso do imperfeito estudado por nós.

6.2 TEXTOS DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Assim como ressaltamos que o gênero narrativo, proposto aos alunos da sexta série do ensino fundamental influenciou a grande incidência do imperfeito do indicativo para expressar ação que perdurou no passado e o não-aparecimento deste tempo para expressar a hipótese, somos levados agora a pensar que, na proposta para o 2º ano, o fenômeno inverso se deu em virtude de ela envolver um texto argumentativo. Fomos obrigados a fazer propostas diferentes porque, em virtude do cronograma de um dos colégios colaboradores, houve necessidade de adaptação do nosso trabalho àquele que se desenvolvia nos colégios quando fomos fazer a pesquisa.

Da mesma forma como fizemos anteriormente, a primeira letra se refere ao nome do aluno, a segunda ao sexo (m/f), a terceira à formação desse aluno (p: aluno da rede particular/ pb: pública/ m: mista – particular e pública) e a quarta à condição socioeconômica desse aluno (a/b/c).

6.2.1 Textos dos alunos do Colégio Cristo Redentor/Academia de Comércio

Passamos agora a comentar os excertos das redações produzidas por alunos do Colégio Cristo Redentor/Academia de Comércio:

Texto I:

Muitas dessas medidas deveriam ser tomadas em todo o mundo, todas as pessoas que tem deficiência, deveria ser tratados de forma igual por todos (...)

Aquelas pessoas que não sofre de deficiência deveria ao menos ter um pouco de respeito (...). (T., m. p., b.).

Nesse trecho, encontramos três usos do futuro do pretérito para expressar hipótese (*deveriam; deveria; deveria*), ou seja, algo que precisa ser feito em relação aos deficientes físicos, mas não é. Nos segundo e terceiro usos do referido tempo verbal não houve concordância entre o sujeito (*todas as pessoas que tem deficiência; aquelas pessoas*) e o verbo (*deveria*), mas isso não inutiliza o exemplo, já que o nosso foco é o tempo verbal marcado pela desinência modo-temporal.

Texto II:

No exemplo a seguir temos um contexto muito semelhante ao anterior, em que o aluno expõe atitudes que julga necessárias para a solução do problema abordado, e que não são tomadas. Mas, desta vez, o aluno faz uso do imperfeito do indicativo para expressar tal possibilidade não realizada (*tinham; deviam*):

As cidades tinham que ter todo o tipo de adaptação necessária para os deficientes físicos se locomoverem normalmente.

As pessoas deviam ter sensibilidade (Y., m., p., b.)

Texto III:

Foi também verificado o uso do futuro do pretérito na estrutura apontada por Leão como expressão de hipótese: prótase condicionante com verbo no imperfeito do subjuntivo e uso da partícula *se* seguida de apódose condicionada com verbo no futuro do pretérito:

A grande quantidade de escadas (...) são problemas enfrentados, e que se fossem resolvidos, melhoraria a qualidade de vida dos deficientes (M., f., p., b.).

Texto IV:

Entre as redações analisadas, encontramos ainda usos do futuro do pretérito (*seriam*) como modalizador, amenizando a indicação das soluções a serem tomadas para resolver o problema existente. O verbo poderia ter sido empregado no presente do indicativo (são), mas, neste caso, a expressão soaria mais direta.

As soluções para os problemas acima seriam a restauração das calçadas, aplicações de pisos especiais, aplicação de escrituras em braile nas beradas das calçadas próximos a orelhões (...) (O., m., p., b.).

Texto V:

Há também uma ocorrência de imperfeito (*tinham*) que acreditamos ser limítrofe entre a hipótese e a situação prolongada no passado. Percebemos que se trata de uma situação imaginária, não real, mas o último trecho pode também ser visto como a expressão de uma vontade que já existia, de fato, nessas pessoas, mas ainda não foi realizada pela falta de ações necessárias:

Venho concluir esse texto dizendo que a solução para um mundo melhor é o bom convívio de todos, superando todas as dificuldades, e podendo

ter uma vida normal, para poder fazer tudo que tinham vontade de fazer. (W., m., p., b.)

Texto VI:

Penso que um primeiro passo abrirá as portas para as outras melhorias. Uma sugestão seria a própria população os aceitarem como pessoas normais e fazendo isso, passar a ajudá-los. Assim pelo menos eles se sentiriam um pouco mais incluídos. (N., f., p., b.)

Nesse trecho, também encontramos um uso do futuro do pretérito (*seria*) como modalizador, amenizando a indicação das soluções a serem tomadas para resolver o problema proposto. No mesmo trecho, temos ainda um uso do futuro do pretérito como hipótese: se as medidas indicadas fossem tomadas, os deficientes se sentiriam melhor, o que ainda não acontece.

Texto VII:

Algumas medidas como a construção de rampas em lugares grandes, por exemplo, deixariam esses deficientes mais incluídos e realizados (...).

Pessoas colaborando, ajudando-os com sua compreensão e companheirismo tornariam essas diferenças normais, aceitáveis no meio em que vivemos. (V., f., p., b.)

No trecho destacado acima, temos duas ocorrências de futuro do pretérito (*deixariam; tornariam*) expressando hipótese, explicitando o que aconteceria caso as medidas propostas fossem adotadas.

Na análise destes trechos, e de outros presentes no *corpus*, foram observadas trinta e cinco ocorrências das formas verbais aqui estudadas, que foram assim distribuídas:

Futuro do Pretérito (com valor de modalização)	Futuro do Pretérito (com idéia de hipótese)	Imperfeito (com idéia de fato passado)	Imperfeito (com idéia de hipótese)
02	31	Imperfeito 00 (limítrofe entre hipótese e fato passado)	02
		01	

Diferentemente do que percebemos na primeira parte de nossa análise com escrita do século XVIII, aqui percebemos uma larga predominância do uso do futuro do pretérito sobre o uso do imperfeito para expressar a hipótese, com 31 e 02 ocorrências respectivamente.

Aqui, parece-nos que há menor incidência dos traços de oralidade – entre eles o uso do imperfeito da maneira acima mencionada.

6.2.2 Textos dos alunos do Colégio de Aplicação João XXIII

Comentaremos agora os excertos das redações produzidas por alunos do Colégio de Aplicação João XXIII.

Texto I:

Neste exemplo, a aluna utiliza tanto o imperfeito como o futuro do pretérito para expressar hipótese (*devia, resolveria*), indicando medidas que deveriam ser tomadas, mas não o são, ilustrando bem a possibilidade de oscilação entre as das formas em tal contexto:

O legislativo devia criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço público (...). Implantando essas soluções, o governo resolveria uma parte desse problema (...). (R., f., pb., b.)

Texto II:

No trecho abaixo, identificamos o uso do futuro do pretérito como modalizador da indicação que a autora da frase faz, indicando o que se deve fazer, porém sem que isso soe de maneira impositiva. O verbo poderia ter sido aplicado no presente do indicativo (*têm*), mas isso daria à frase uma carga de ordem mais direta, o que nos parece não ser a intenção aqui.

Além da falta desses meios na maioria dos lugares, há também o grande preconceito com essas pessoas. Todos teriam que se conscientizar que são pessoas iguais a nós, merecem a mesma assistência e o mesmo respeito. (T., f., pb., b.)

Texto III:

Também encontramos um caso de difícil classificação do uso do futuro do pretérito em virtude dos outros tempos verbais utilizados ao longo do trecho. O período começa com uma indicação de ato futuro (*Se o mundo se conscientizar*), depois se indica que os portadores de necessidades especiais têm alguns anseios - expressos no presente do indicativo. Na seqüência, encontramos um verbo conjugado no presente do subjuntivo (*possuam*), mas que acreditamos expressar uma idéia de presente do indicativo, e depois disso temos o uso do futuro do pretérito (*viveríamos*). Entendemos que esse uso poderia ser substituído pelo imperfeito ou futuro do subjuntivo. Ainda assim ficamos no campo da hipótese, embora consideremos essa formação distinta das demais.

Se o mundo se conscientizar da necessidade que portadores de necessidades especiais têm para poder se encaixar no meio das pessoas que não possuem as doenças, talvez viveríamos em uma sociedade sem preconceito e sem exclusão (...). (K., f., pb., b.)

Caberia ao governo tomar uma postura ética/social para com essas pessoas, que muitas vezes passam necessidades por não terem oportunidades de trabalhar. Medidas como sinalizações nos passeios de todas as cidades, rampas em lojas, bancos, etc. viriam a calhar para uma sociedade igual entre si, que tornaria o mundo um lugar cada vez melhor. (A., m., pb., b.)

Mais uma vez, temos o uso de verbos no futuro do pretérito (*caberia; viriam; tornaria*) para expressar sugestões de resolução para os problemas apontados, ou seja, as ações contidas nesse período permanecem no campo da hipótese. Assim também ocorre nos trechos a seguir com os verbos *facilitar* e *ser; dever* (duas ocorrências).

Textos IV e V:

Rampas em locais públicos são raramente vistas, banheiros especiais quase não tem, são coisas simples que facilitariam a vida dos cadeirantes que também vivem uma vida normal como a nossa, tendo apenas algumas limitações que com adaptações adequadas seriam facilmente superadas. (P., f., pb., c.)

É raro você encontrar rampas nas calçadas e elevadores nos ônibus. E isso deveria ser encontrado facilmente nas grandes cidades pelo menos.

Caixas eletrônicos deveriam ser adaptados para aqueles que usam cadeira de rodas (...) (J., f., pb., a)

Conforme a análise dos trechos acima e de outros presentes em nosso *corpus*, observamos trinta e cinco ocorrências das formas verbais aqui estudadas, que foram divididas da seguinte maneira:

Futuro do Pretérito (com valor de modalização)	Futuro do Pretérito (com idéia de hipótese)	Imperfeito (com idéia de fato passado)	Imperfeito (com idéia de hipótese)
01	23	00	01

Imperfeito
(limítrofe entre hipótese e fato passado)
01

Também nesta análise percebemos uma larga predominância do uso do futuro do pretérito sobre o uso do imperfeito para expressar a hipótese, com 23 e 01 ocorrências respectivamente.

Aqui também parece-nos haver menor incidência dos traços de oralidade, o que explica o uso mais restrito do imperfeito da maneira acima mencionada, embora o mesmo ainda se faça presente, comprovando sua produtividade entre os falantes.

6.3 TEXTOS DOS ALUNOS DA UFJF

6.3.1. Textos dos alunos do 2º período do curso de Letras

Entre os textos produzidos por estes alunos, selecionamos alguns que vêm comprovar a nossa tese, e transcrevemos alguns trechos elucidativos.

Passemos agora à análise de textos de alunos do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Texto I:

Nesta redação, a alternância das formas verbais: *poderia*, *poderiam*, *deviam*, *deviam*, *seriam* *poderia* mostra a oscilação do uso do imperfeito e do futuro do pretérito do indicativo para expressar a hipótese.

Mas ainda muito poderia ser feito; as salas de aula das escolas poderiam ter seu espaço rearranjado, os professores deviam ser orientados para tratar adequadamente alunos deficientes e as crianças que apresentassem

hostilidade contra esses alunos deviam ser acostumadas a conviver bem com eles (...)

No entanto, muitas dificuldades seriam poupadas aos deficientes se eles tivessem mais ajuda de suas própria família. (...) este é um tema bem mais espinhoso e grave, o qual, no entanto, se fosse levantado, poderia trazer conseqüências mais benéficas do que quaisquer medidas paliativas (L., f., m., b.).

Texto II:

Aqui o futuro do pretérito foi usado duas vezes como modalizador de uma sugestão (*seria, seriam*), abrandando o tom diretivo da afirmativa formulada:

Certas medidas precisam ser tomadas pelo governo (...). Uma boa iniciativa seria a imposição de multas (...).

Outras saídas seriam palestras educativas (...). (R., m., p., b.)

Texto III:

Neste caso, observamos estruturas - como as apontadas por Leão (1961) - de prótase condicionante iniciada pela partícula *se* e com verbo no imperfeito do indicativo seguida de apódose condicionada com verbo no futuro do pretérito:

Se seguissemos medidas como as citadas na reportagem, portadores de necessidades especiais teriam mais qualidade no aprendizado. (N., f., p., a.)

Textos IV e V:

Nos trechos a seguir, temos exemplo de imperfeito do indicativo usado para expressar hipótese, algo que deveria ser feito mas não o é.

Essas adaptações espaciais, obviamente é um processo demorado, no entanto deviam ser iniciados em estabelecimentos públicos (...). (N., f., p., c.)

O uso de mesas pretas e faixas escuras entre chão e paredes ajudaria os portadores de deficiência visual a se localizarem, bem como o uso de placas em braile e sinalização especial (através de um tipo de piso especial, que orienta o aluno no seu trajeto) seria fundamental (...). (MC., f., m., c.)

Texto VI:

No trecho que se segue, temos mais um exemplo de futuro do pretérito usado como hipótese (*propiciariam*):

Muito se discute a respeito da inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade. Entre várias medidas que a propiciariam, podemos citar a adaptação dos transportes públicos (...). (T., f., p., b)

Com base na análise feita nos trechos acima, além de outros constantes no *corpus* de redações recolhidas, foram observadas quinze ocorrências das formas verbais aqui estudadas, que foram agrupadas da seguinte maneira:

Futuro do Pretérito (com valor de modalização)	Futuro do Pretérito (com idéia de hipótese)	Imperfeito (com idéia de fato passado)	Imperfeito (com idéia de hipótese)
02	10	00	03

Mais uma vez percebemos uma predominância do uso do futuro do pretérito sobre o uso do imperfeito para expressar a hipótese, com 10 e 03 ocorrências respectivamente.

E mais uma vez justificamos o fato por parece-nos haver menor incidência dos traços de oralidade, o que explica o uso mais restrito do imperfeito da maneira acima mencionada, embora o mesmo ainda se faça presente, comprovando sua produtividade entre os falantes.

6.3.2. Textos dos alunos do 8º período do curso de Letras

Passemos à análise dos textos de alunos do 8º período do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Texto I, 1ª parte analisada:

Como modalizador, temos o uso do futuro do pretérito no trecho a seguir:

Por fim, sabemos da imensa desordem e dos inúmeros distúrbios de nossa sociedade, portanto, tratar o tema educação, em seu sentido mais amplo, no Brasil, exigiria décadas, quiçá séculos, de debates (...) (A., m., p. a).

Como nos outros exemplos abordados, o verbo destacado poderia ter sido usado no presente, ou talvez futuro, mas isso atribuiria à oração um caráter de ordem.

Texto I, 1ª parte analisada:

O mesmo autor faz também uso do futuro do pretérito para expressar hipótese:

A precariedade educacional reflete o descaso governamental, que também se reflete nos baixos salários e na péssima formação dos professores, que deveriam no mínimo, (...) aprender braile e libras (...) (A., m., p. a).

Texto II:

Outro exemplo deste tempo para expressar modalização de uma sugestão de melhoria está em:

Para exercer plenamente seus direitos, medidas simples poderiam ser adotadas, como as apresentadas no texto de Meire Cavalcante, as quais asseguram maior mobilidade e independência. (G., f., pb., m.)

De acordo com a análise feita, temos o seguinte quadro:

Futuro do Pretérito (com valor de modalização)	Futuro do Pretérito (com idéia de hipótese)	Imperfeito (com idéia de fato passado)	Imperfeito (com idéia de hipótese)
02	01	00	00

Dentre as redações produzidas pelos alunos do 8º período de Letras, não constatamos nenhum uso do imperfeito do indicativo, seja para expressar fato no passado, seja para expressar hipótese; dos tempos verbais de que nos ocupamos, constatamos o uso apenas do futuro do pretérito, ora para expressar hipótese, ora como modalizador. Não foi possível, portanto, avaliar oscilação entre os tempos verbais aqui estudados, provavelmente em virtude do pequeno número de redações obtidas.

6.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS A PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Como já dissemos, ao verificar a permanência do uso freqüente do futuro do pretérito em língua escrita (ao contrário do que prevíamos encontrar no começo da nossa pesquisa), decidimos aplicar um questionário a professores de Língua Portuguesa (todos alunos do mestrado em Letras da UFJF): buscávamos confirmar que ainda se faz correção sistemática do uso do imperfeito em vez do referido tempo na expressão da hipótese.

O questionário (em anexo) apresenta textos, produzidos por alunos de vários níveis, em que o fenômeno aqui estudado ocorre (além de outras variações, como ortografia, por exemplo) pedindo que os professores indicassem as correções que eles fariam.

Seguem-se alguns trechos abordados e as indicações de correções de alguns professores:

Texto I apresentado:

O legislativo devia criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço físico, no entanto essa questão tem andado muito pouco e desmotivando aqueles que necessitam dessas mudanças para viver em sociedade. (R., f., 2º ano do ensino médio, pb.)

Correção proposta pelo 1º professor:

Eu corrigiria, nesse trecho, a seleção da palavra *andado*, assim como a falta de paralelismo sintático promovido pela palavra *desmotivando*. (Professor: R., 24 anos, mestre em Letras – Lingüística, B/C, tempo de docência: 3,5 anos. Trabalha com Ensino Médio - Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo - e também Universitários).

Nesse primeiro trecho, o professor não faz menção de corrigir o tempo verbal de *dever* utilizado pela aluna. Mas o mesmo professor, no próximo trecho, corrige o uso do verbo *dever* e justifica, de modo interessante, que o faz – a nosso ver – por uma questão de paralelismo verbal, e não de certo/errado.

Texto III apresentado:

Mas ainda muito poderia ser feito; as salas de aula das escolas poderiam ter um seu espaço rearranjado, os professores deviam ser orientados para tratar adequadamente os alunos deficientes e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos deviam ser acostumadas a conviver bem com eles”. (L., f., b., 2º período, UFJF)

Correção proposta pelo 1º professor:

Aqui, eu sugeriria os dois-pontos em lugar do ponto-e-vírgula, corrigiria o artigo indefinido antes do pronome possessivo *seu*, assim como orientaria esse (a) aluno (a) a manter o eixo de coerência nesse período, isto é, se ele (ou ela) começou usando o tempo verbal – futuro do pretérito, *poderia* – indicador de condição e/ou hipótese, que o faça em todo o trecho, substituindo o imperfeito *deviam* por *deveriam*.³⁴ (Professor: R., 24 anos, mestre em Letras – Lingüística, B/C, tempo de docência: 3,5 anos. Trabalha com Ensino Médio (Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo) e também Universitários).

³⁴ Grifos nossos.

Outra professora participante de nossa pesquisa corrigiu sistematicamente todas as ocorrências apresentadas de imperfeito em vez de futuro do pretérito (correções destacadas entre parênteses):

Texto I apresentado já com as modificações propostas pela 2ª professora:

O legislativo dev(er)ia criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço físico, no entanto(,) essa questão tem andado muito pouco e desmotivando aqueles que necessitam dessas mudanças para viver em sociedade. (R., f., 2º ano do ensino médio, pb.)

Texto II apresentado já com as modificações propostas pela 2ª professora:

Essas adaptações espaciais, obviamente(,) (são) é um processo demorado, no entanto(,) dev(er)iam ser iniciad(a)os em estabelecimentos públicos, porque(,) são nesses lugares(,) que existe uma demanda muito grande (circulação) de pessoas, sejam portadoras de necessidades especiais ou não. (N., f., c., 2º período, UFJF)

Texto III apresentado já com as modificações propostas pela 2ª professora:

Mas ainda muito poderia ser feito;(;) as salas de aula das escolas poderiam ter um seu espaço rearranjado, os professores dev(er)iam ser orientados para tratar adequadamente os alunos deficientes(,) e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos dev(er)iam³⁵ (aprender) ser acostumadas a conviver bem com eles”. (L., f., b., 2º período, UFJF)
(Professora: E., 25 anos, mestranda em Letras-Linguística, condição socioeconômica C, tempo de docência: 4 anos. Trabalha com 5ª. Ensino Fundamental; 1º., 2º., 3º. Ensino Médio)

Essa última etapa da pesquisa foi muito importante para repensar as idéias iniciais sobre o assunto e para compreender os resultados obtidos ao longo das aplicações dos trabalhos.

³⁵ Grifos nossos.

A maioria dos professores indicou que faria correção do uso do imperfeito na referida posição, o que confirmou nossas suposições. Mas algumas ocorrências do fenômeno passaram despercebidas por esses profissionais, indicando que, embora, muitas vezes, ainda se faça a correção de acordo com a gramática tradicional, o uso do imperfeito já é aceito em algumas ocorrências, provavelmente sendo visto como uma variante menos formal, mas não incorreta.

6.5 FREQUÊNCIA DA OCORRÊNCIA DOS DADOS ANALISADOS

Após a análise do *corpus* obtido, optamos por trabalhar com os dados percentuais a fim de melhor ilustrar a questão da alternância entre os tempos verbais trabalhados.

No segundo ano do ensino médio, trabalhamos com 14 redações de alunos do Colégio de Aplicação João XXIII; em 15 delas (ou seja, 62,5% desse total) apareceram os tempos verbais aqui estudados. No Colégio Academia de Comércio, o volume inicial foi de 41 produções, e os tempos estudados neste trabalho apareceram em 15 delas, ou seja, 36,58% desse total.

Somando o total dos dois colégios, tivemos 65 produções, dentre as quais foram analisadas 30 (46,15% desse novo montante). Nestas produções, encontramos um total de 60 ocorrências, que foram divididas em subgrupos de acordo com os tempos verbais em questão e a interpretação destes feita por nós. Os dados obtidos em cada grupo encontram-se nos quadros ao longo deste capítulo.

No grupo de ocorrências de futuro do pretérito usado para expressar a hipótese (PF), obtivemos um total de 52 exemplos, divididos em subgrupos de acordo com os fatores sexo (feminino – f. ou masculino – m.), formação escolar (particular – p.; pública – pb.; mista – m) e classe socioeconômica (a; b; c).

O grupo considerado ainda como um uso padrão do futuro do pretérito, com função de modalizador de ordem ou pedido (PF mod.), foi considerado à parte daquele em que se expressa a hipótese, ficando este segundo grupo com 3 ocorrências, o que ocasionou uma dízima na divisão da porcentagem.

Encontramos uma (1) ocorrência de PF, mas nós a consideramos um caso limítrofe entre esta classificação e a de a modalização (PF limít.). Por isso, esta ocorrência ficou também à parte do grupo restante e, tratando-se de apenas uma, ela acaba constituindo 100% dessa denominação limítrofe.

Foram identificadas 3 ocorrências de imperfeito do indicativo usado para expressar a hipótese (ICF) agrupadas também de acordo com os fatores acima indicados.

Ficou à parte uma (1) ocorrência que julgamos limítrofe entre a expressão acima descrita e a indicação de fato passado com extensão no tempo (ICF limít.).

Quadro demonstrativo da proporção de ocorrências encontradas nas redações de alunos do 2º ano do ensino médio

t. verbal	sexo		formação escolar			classe socioeconômica			nº de ocorrências	Porcent.
	feminino	masculino	públic a	particular	mist a	a	b	c		
PF										
	X		X				X		5	9,61%
		X			X	X			1	1,92%
		X	X				X		7	13,46%
	X		X					X	3	5,77%
		X	X					X	5	9,61%
	X		X			X			2	3,85%

	X			X			X		13	25,00%
		X		X			X		16	30,77%
PF mod.										
	X		X					X	1	33,33%
	X			X			X		1	33,33%
		X		X		X			1	33,34%
PF limit.										
	X		X				X			100%
ICF										
	X		X				X		1	33,33%
		X	X				X		2	66,67%
ICF limit.										
		X	X				X		1	100%

A maior parte das ocorrências de PF ficou concentrada entre falantes do sexo masculino, pertencentes à classe social classificada como b, oriundos de escola particular (30,77%). Enquanto a maioria das ocorrências de ICF ficou concentrada entre falantes do sexo masculino, pertencentes à classe b, porém oriundos de escola pública (66,67%).

No segundo período do curso de Letras obtivemos um total de 17 redações, das quais foram selecionadas 8 produções em que aparecem os tempos verbais aqui estudados, ou seja, em 47,06% delas.

Nessas 8 redações, foram selecionadas 10 ocorrências de futuro do pretérito para expressar hipótese (PF), 2 de futuro do pretérito para amenizar ordem ou pedido (PF mod.) e 3 de imperfeito do indicativo usado para expressar hipótese (ICF).

As ocorrências desses usos de tempos verbais – num total de 15 ocorrências - estão divididas de acordo com os mesmos fatores utilizados no quadro acima.

Quadro demonstrativo da proporção de ocorrências encontradas nas

redações de alunos do 2º período do curso de Letras

t. verbal	sexo		formação escolar			classe socioeconômica			nº de ocorrências	Porcent.
	feminino	masculino	públic a	particular	mist a	a	b	c		
PF										
	X		X					X	1	10,00%
	X			X		X			1	10,00%
	X			X			X		2	20,00%
	X				X		X		4	40,00%
	X				X			X	2	20,00%
PF mod.										
		X			X		X			100%
ICF										
	X				X		X		2	66,67%
	X			X				X	1	33,33%

Já neste quadro, tanto a maioria das ocorrências de PF quanto a maioria das ocorrências de ICF ficaram concentradas entre falantes do sexo feminino, pertencentes à classe social classificada como b, oriundos de formação mista (40,00% e 66,67% respectivamente).

No 8º período do curso de Letras trabalhamos com 6 redações, e destas foram selecionadas 2 em que os tempos verbais estudados aqui foram constatados, ou seja, 33,33% desse total. Nelas encontramos um total de 3 ocorrências divididas entre PF e PF mod., como explicado no quadro que se segue.

Quadro demonstrativo da proporção de ocorrências encontradas nas
redações de alunos do 8º período do curso de Letras

t. verbal	sexo	formação escolar	classe socioeconômica	nº de ocorrências	Porcent.

	feminino	masculino	públic a	particular	mist a	A	B	C		
PF										
		X		X		X			1	100%
PF mod.										
	X		X				X		1	50%
		X		X		X			1	50%

Não há como traçar um paralelo entre este quadro e os demais em virtude da pouca quantidade de dados obtidos – problema este já comentado anteriormente.

7. CONCLUSÃO

Pela análise de textos produzidos, obtivemos o seguinte resultado:

- 33 ocorrências do uso do imperfeito do indicativo com idéia de continuidade (PI);
- 70 ocorrências de futuro do pretérito para expressar hipótese (PF);
- 12 ocorrências de imperfeito do indicativo expressar hipótese (ICF).

Embora a maioria das ocorrências de expressão da hipótese ocorra, portanto, com o uso do futuro do pretérito, defendemos que já existam sinais de competição entre as duas formas referidas. É interessante notar que nesta última possibilidade de uso, o falante cria uma realidade possível e se projeta para dentro dela, podendo, então, falar sobre determinado fato sob a perspectiva desse novo ponto de vista criado. Ao levantar a possibilidade de um acontecimento, o falante já estaria licenciado para falar de algo anterior a esse dado possível como se tivesse realmente ocorrido e tido extensão nesse tempo imaginário, o que justificaria o uso do imperfeito em virtude da noção que se pretende frisar, conforme analisamos em seção anterior.

Não podemos deixar de mencionar também a questão do modo e da modalização lingüística. Segundo Silva (2002), apoiando-se nas considerações de Weinrich (1970), a linguagem não está voltada para a questão de ser ou não realidade o que se fala: ela está empenhada, sim, em demonstrar o modo como os falantes envolvidos consideram esses eventos, e se posicionam diante deles.

Já a modalização lingüística aponta para a atitude dos falantes em relação ao conteúdo proposicional de seus enunciados, distinguindo o *dictum* do *modus*. O primeiro refere-se ao conteúdo proposicional, enquanto o segundo refere-se ao que determina a atitude ou o modo como é expresso o que se diz, envolvendo, assim, uma série de

gradações semânticas indicativas de dúvida, hipótese, certeza, intenção, desejo, obrigação, ou seja, matizes que fazem parte da estruturação do discurso e são muito importantes do ponto de vista pragmático.

Trazendo essas questões para o contexto (no século XVIII) em que as cartas analisadas acima foram escritas, não há como ignorar que seus escritores encontravam-se numa situação de ameaça em virtude do rápido crescimento do número de negros forros e sem perspectiva de trabalho, o que aumentava as tensões sociais e econômicas no Brasil colônia da época. Diante disso, escreviam ao Rei de Portugal para que este tomasse consciência da gravidade da situação, e já faziam, nesses mesmos comunicados, sugestões que julgavam serem as mais adequadas e eficientes para conter o problema crescente.

Há, nessas correspondências, a crença de que as soluções propostas eram viáveis e eficazes, o que faz com que expresse atitude de certeza de resultado, e o claro desejo de que fossem atendidos, diante do perigo que as pessoas corriam cercadas por aqueles nos quais já se havia incutido ódio e revolta contra a sociedade local. Por isso o falante se projeta para o universo dessas propostas criadas e fala delas com certa garantia de eficácia. O que reforça a idéia de que “toda verdade contida em um ato de fala traz consigo a avaliação do falante acerca das coisas do mundo” (SILVA, 2002, pág. 489, 4º §).

Nas redações analisadas também está presente a questão da entrada no universo criado: foi pedido a esses alunos que indicassem que medidas deveriam ser tomadas para melhorar as condições de vida dos deficientes físicos. E é interessante notar como, ao longo do desenvolvimento da proposta apresentada por cada um, o aluno, muitas vezes, se envolve nessa hipótese por ele criada e passa, então, a fazer uso do imperfeito do indicativo com o sentido aqui discutido.

Quanto às porcentagens – que levaram em conta as variantes previamente testadas –, não houve como apontar um único grupo a produzir predominantemente uma das formas

estudadas (PF ou ICF), já que as ocorrências se apresentaram de forma distribuída entre os grupos formados. Notamos uma prevalência de ocorrências de ICF entre alunos oriundos de escola pública ou de formação escolar mista, das classes sociais b e c, mas não podemos ignorar a presença de um uso bem distribuído de PF entre esses grupos. Preferimos, portanto, não fazer uma divisão entre maior poder aquisitivo e acesso a escolas particulares propiciando o uso de forma padrão em contraposição a menor poder aquisitivo e estudo em escolas públicas ligados ao uso de uma forma não-padronizada, o que seria considerada por nós como uma visão simplificadora da questão, já que diferentes grupos mostraram fazer uso de ambas as formas.

Mas a alternância entre essas formas não é, de forma alguma, aleatória. Ela se guia pelas necessidades expressivas dos falantes de acordo com suas diferentes necessidades comunicativas. Pois a língua é dotada de um dinamismo que a faz estar em constante transformação e que permite o recrutamento de formas pré-existentes no sistema lingüístico para codificar novos significados (ou reativar possibilidades de significado vinculadas à origem da forma em questão, como acontece com o futuro do pretérito, cuja origem está vinculada a uma perífrase formada com o imperfeito). E esse fato prende-se à capacidade de o falante reconhecer que uma mesma relação pode ser desencadeada sob mais de uma forma diferenciada.

Fica, então, a questão que nos motivou a começar esse trabalho: há uma tendência de o imperfeito suplantar o futuro do pretérito na expressão da hipótese? Haveria, de fato, uma mudança Lingüística em curso? Devemos nos lembrar de que, segundo Tarallo (1990),

A mudança Lingüística não deve ser identificada com a difusão aleatória que resulte de variação inerente na fala. A mudança Lingüística inicia-se quando a generalização de uma dada alternância em um certo subgrupo da comunidade de fala entra em ação e assume o caráter de diferenciação sistemática. (p. 61, 1º §)

Defendemos, neste trabalho, que, enquanto a escola, entre outros veículos normatizadores da língua, transmitir a idéia de *status* elevado de língua padrão associada ao uso do futuro do pretérito, a oscilação entre este e o imperfeito (remetendo-se à hipótese) estará ligada à modalização entre formal *versus* informal. Exemplo desta noção de valor implícita na escolha entre essas formas verbais está na colocação de Bueno (1958, 178, 6º §):

Na língua clássica encontram-se alguns exemplos de imperfeito do indicativo pelo condicional: “Se elle viesse, eu sahia (Vieira). Machado de Assis abusou deste emprego, que não se recomenda, embora dele haja alguns exemplos segundo dissemos. Tal correlação de tempo parece-nos inquinada de galicismo.

O autor associa este uso a um vício de linguagem (galicismo – tipo de estrangeirismo, de aplicação mal vista pela norma culta da Língua Portuguesa). Mas o fato de termos encontrado, em diferentes períodos de nossa língua – além de exemplos da Língua Latina – e ainda encontrarmos oscilação entre esses usos em textos escritos tidos como formais, devido a seu contexto de produção dentro da escola, é um indicativo de tendência à mudança – com a prevalência do uso do imperfeito para expressar o irreal –, caso o valor agregado ao futuro do pretérito deixe de ser disseminado pelos veículos reguladores de língua padrão.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, Carla Maria Caralho de et al. Os homens ricos das Minas nas malhas do Império Português. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. vol. 7, nº 2, jul. a dez. de 2005.

ASSIS, Machado de. *A semana*. Disponível em: <www.culturabrasil.org/machadodeassis.htm>. Acesso em: 22 nov. 2006.

BERGE, Dr. Fr. Damião et al. *Ars Latina: curso prático da língua latina*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1946.

BUENO, Francisco da Silveira. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

CART, A; GRIMAL, P; LAMAISSON, J; NOIVILLE. *Gramática Latina*. Trad.: Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: CUP, 1985.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 32ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000 [1970].

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica: lingüística e filologia*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 1984.

CUESTA, Pilar Vázquez e; LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática de Língua Portuguesa*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ltda., 1971.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FILHO, Leodegário A. de Azevedo. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Filologia, 1999.

GALVÃO, Vânia Cristina Casseb. De predicação matriz a operador evidencial. A gramaticalização de *diz que*. *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*. Juiz de Fora: Editora UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e n. 2, pp.163-181. jan./dez. 2004.

GUIMARAENS, Alphonsus de. *Poesias*. 2 vols. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.

HALLIDAY, Michael A. K; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. 5ª ed. London: Longman, 1983.

HOLANDA, Chico Buarque de. *Letras*. Disponível em: <<http://chico-buarque.lettras.terra.com.br/letras/45140/>>. Acesso em: 22 nov. 2006.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Igedore V; SILVA, M. Cecília P. de Souza e. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. São Paulo: Cortez Editora, 1995, 8ª edição.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LAKOFF, George; JONHSON, Mark. *Metaphors we Live By*. Chicago: Chicago University Press, 1980.

LEÃO, Ângela Vaz. *O período hipotético iniciado por se*. Belo Horizonte: Universidade de MinasGerais, 1961.

LONGO, Beatriz de O; CAMPOS, Odette de S. A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português falado. In: ABAURRE, Maria Bernadete M; RODRIGUES, Ângela C. S. (orgs.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora Ltda., 1976.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NUNES, Dr. José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (fonética e morfologia)*. 6ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.

PONTES, Eunice. Metáforas temporais em Português coloquial. In: PONTES, Eunice. (org.) *A metáfora*. São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

_____. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972, 2ª edição.

RAVIZZA, P. João. *Gramática Latina*. 14ª edição. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1958.

ROSA, Carlota Maria. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SALGADO, Graça et al (coord.) *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

SILVA, Ademar da. A sobreposição modal em IR + infinitivo. In: ABAURRE, Maria Bernadete M; RODRIGUES, Ângela C. S. (orgs.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

SILVA, A. *A expressão da futuridade na língua falada*. Campinas, 1997. Tese de doutorado, UNICAMP. Campinas, 1997.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: morfologia e sintaxe (Repensando a Língua Portuguesa)* São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

TARALLO, Fernanda. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. Série Princípios. 5ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Aspecto verbal no português; a categoria e sua expressão*. Ed ver. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

ULTAN, R. The nature of future tense. In: GREENBERG et al. (eds.), *Universals of human language III: Word structure*, vol. 3. Standford: Standford University Press, 1978, pp. 83-123.

VOTRE, S., J. & NARO, A., J. Mecanismos funcionais do uso da lingüística. *Delta*, São Paulo. v. 5, p. 169-184, 1989.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINRICH, H. "Tense and time", *Archivum Linguisticum*, part N. S. 1, pp. 31-41, 1970.

WEINRICH, H. *Tempus: besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart: Klett, 1964.

Requerimento de Rita de Souza Lobo, 1779, Manuscritos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino relativos a Minas Gerais. Microfilmados e Digitalizados – Cx. 115, Doc. 60

ANEXOS

Anexo 1

EVOLUÇÃO DO QUADRO VERBAL DO LATIM AO PORTUGUÊS

EVOLUÇÃO DO QUADRO VERBAL DO LATIM AO PORTUGUÊS

São herdeiros diretos do Latim os seguintes tempos verbais:

Latim - cantare³⁶

Rad	VT	DMT	DNP
cant	e	Ø	i
cant	a	Ø	ste
cant	o	Ø	u
cant	a	Ø	mos
cant	a	Ø	stes
cant	a	ra	m

Rad	VT	DMT	DNP
cant	Ø	o	Ø
cant	a	Ø	s
cant	a	Ø	t
cant	a	Ø	mus
cant	a	Ø	tis
cant	a	Ø	nt

Português - cantar

Presente - infectum
indicativo

Rad	Alom. VT	DMT	DNP
cant	au	Ø	i
cant	au	Ø	isti
cant	au	Ø	it
cant	au	Ø	imus
cant	au	Ø	istis
cant	au	Ø	erunt / ere

Rad	VT	DNP	DNP
cant	Ø	o	Ø
cant	a	Ø	s
cant	a	Ø	Ø
cant	a	Ø	mos
cant	a	Ø	is
cant	a	Ø	m

Presente do

Rad	VT	DMT	DNP
cant	e	Ø	i
cant	a	Ø	ste
cant	o	Ø	u
cant	a	Ø	mos
cant	a	Ø	stes
cant	a	ra	m

Perfeito – perfectum

Pretérito perfeito
do indicativo

³⁶ Foi escolhido para exemplificação um verbo da primeira conjugação em virtude de sua regularidade, o que facilita a visualização das semelhanças entre os tempos verbais abordados.

Imperfeito - infectum

Rad	VT	DMT	DNP
cant	a	ba	m
cant	a	ba	s
cant	a	ba	t
cant	a	ba	mus
cant	a	ba	tis
cant	a	ba	nt

Imperfeito do indicativo

Rad	VT	DMT	DNP
cant	a	va	Ø
cant	a	va	s
cant	a	va	Ø
cant	á	va	mos
cant	a	ve	is
cant	a	va	m

Pretérito mais-que-perfeito - perfectum

Rad	Alom.Vt	DMT	DNP
cant	au	era	m
cant	au	era	s
cant	au	era	t
cant	au	era	mus
cant	au	era	tis
cant	au	era	nt

Pretérito mais-que-perfeito do indicativo

Rad	VT	DMT	DNP
cant	a	ra	Ø
cant	a	ra	s
cant	a	ra	Ø
cant	á	ra	mos
cant	á	re	is
cant	a	ra	m

Presente do subjuntivo – Infectum

Rad	VT	DMT	DNP
cant	Ø	e	m
cant	Ø	e	s
cant	Ø	e	t
cant	Ø	e	mus
cant	Ø	e	tis
cant	Ø	e	nt

Presente do subjuntivo

Presente do subjuntivo

Rad	VT	DMT	DNP
cant	Ø	e	Ø
cant	Ø	e	s
cant	Ø	e	Ø
cant	Ø	e	mos
cant	Ø	e	is
cant	Ø	e	m

Mostram ainda, no Português, uma imperfeita junção entre futuro do indicativo e o condicional (futuro do pretérito) romances na conjugação pronominal e reflexiva os seguintes tempos verbais:

Futuro do presente do indicativo

(cantare + habeo)

Rad	VT	DMT	DNP
cant	a	re	i
cant	a	rá	s
cant	a	rá	Ø
cant	a	re	mos
cant	a	re	is
cant	a	rã	o

Futuro do pretérito do indicativo

(cantare + habebam)

Rad	VT	DMT	DNP
cant	a	ria	Ø
cant	a	ria	s
cant	a	ria	Ø
cant	a	ría	mos
cant	a	rié	is
cant	a	ria	m

No Português, o futuro do perfeito do perfectum latino passou a futuro imperfeito do subjuntivo; e o mais-que-perfeito do subjuntivo a imperfeito do subjuntivo, sendo ambos

substituídos respectivamente por uma perífrase com o futuro do indicativo de *ter* ou *haver* e o imperfeito do subjuntivo dos referidos verbos e o particípio passado do verbo que se conjuga, como em *terei cantado*.

Rad	VT	DMT	DNP
cant	a	r	Ø
cant	a	r	es
cant	a	r	Ø
cant	a	r	mos
cant	a	r	des
cant	a	r	em

Rad	Alom.Vt	DMT	DNP
cant	au	er	o
cant	au	eri	s
cant	au	eri	t
cant	au	eri	mus
cant	au	eri	tis
cant	au	eri	nt

Futuro do perfeito - Perfectum

Futuro do subjuntivo

Mais-que-perfeito do subjuntivo - Perfectum

Rad	Alom.Vt	DMT	DNP
cant	au	isse	m
cant	au	isse	s
cant	au	isse	t
cant	au	isse	mus
cant	au	isse	tis
cant	au	isse	nt

Imperfeito do subjuntivo

Rad	VT	DMT	DNP
cant	a	sse	Ø
cant	a	sse	s
cant	a	sse	Ø
cant	á	sse	mos
cant	á	sse	is
cant	a	sse	m

Na passagem para o Português, perderam-se os seguintes tempos verbais:

Futuro – Infecum

Rad	VT	DMT	DNP
cant	a	b	o
cant	a	bi	s
cant	a	bi	t
cant	a	bi	mus
cant	a	bi	tis
cant	a	bu	nt

Imperfeito do subjuntivo

Rad	VT	DMT	DNP
cant	a	re	m
cant	a	re	s
cant	a	re	t
cant	a	re	mus
cant	a	re	tis
cant	a	re	nt

Perfeito do subjuntivo

Rad	VT	DMT	DNP
cant	au	eri	m
cant	au	eri	s
cant	au	eri	t
cant	au	eri	mus
cant	au	eri	tis
cant	au	eri	nt

Futuro do perfeito - Perfectum

Rad	Alom.Vt	DMT	DNP
cant	au	er	o
cant	au	eri	s
cant	au	eri	t
cant	au	eri	mus
cant	au	eri	tis
cant	au	eri	nt

Anexo 2

CORRESPONDÊNCIAS ENTRE A COROA PORTUGUESA E A COLÔNIA

Conde de Galveias

Minas

Gerais
Cx.: 22, Doc.: 41

07/10/1732

pág. 63 “Que se me _____ V. Mag.e em ordem aos negros forros é que estes ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos na lavras de ouro, nas dos Diamantes, nas roças e comumente lascam para si de que se segue a V. Mag.e a utilidade de seus quintos, que seriam menos se eles não minerassem. O número deles como não o distinguem a cor nem o serviço dos mais escravos não é fácil o saber-se porque não houve agora quem o examinasse quanto a serem freqüentes as alforrias não há dúvida que muitas se fazem umas por gratidão dos seus mesmos senhores, por algum serviço que deles recebem escritas com o dinheiro que ajuntam os mesmos negros, mas sempre se fazem estes contratos por interpostas pessoas, porque pela sua mão não seria fácil o conseguirem-na porque os senhores lhe tomariam o dinheiro como conta própria não só por ser adquirida pelo seu escravo, mas porque (restante ilegível)”. Pág. 64.

Pág 65. “Dom João ... Rei de Portugal ... Faça saber a vós Conde das Galveas gov.a e Cap.m G. al das Minas que se viu o que respondestes em carta de 7 de outubro do ano passado a ordem que foi sobre informares, declarando se se seguiam alguns inconvenientes de haver negros forros nesta Capitania e do número deles e se havia freqüência em se lhe concederem as alforrias representando-me que o que se vos oferecia dizer-me em quanto aos negros forros era, que estes ordinariamente são atrevidos, mas no (?) mesmo tempo trabalhavam todos nas lavras de ouro, diamantes e roças e comumente laiscavam para si de que se seguia utilidade aos meus quintos e que o número não era fácil saber-se, porque não houvera até agora quem o examinasse e quanto às alforrias não havia dúvida que muitas se faziam umas por gratidão de seus senhores por alguns serviços que deles recebiam e outras

com o dinheiro que ajuntavam os mesmos negros: e no que respeitava aos mulatos forros, que estes são mais insolentes, porque a mistura que têm de brancos os enche de tanta soberba e vaidade que fogem ao trabalho servil

Pág 66 Cx.: 22, Doc. 41

com que poderiam viver e assim vive a maior parte deles como gente ociosa. Me pareceu ordenar-vos vos informeis com toda cautela e segredo do número dos negros que há forros nessas Minas e entendendo que nesta matéria se deve mandar dar alguma providência, informais com vosso parecer e também se se deve dar alguma providência acerca dos mulatos forros que vivem também em grande liberdade. El Rei N. Sm. O mandou pelo D. M. el Gonçale e M.el Galvas de Lacerda Cons.os do meu Cons.o Ultr.o e se passou por duas vias ... Lisboa Ocidental 17 de Junho de 1733.”

Pág. 65 “Informando-me do número de mulatos e negros forros que poderia haver nestas Minas como V. Mag.e me ordena por carta de 17 de Junho do ano passado mandei aos oficiais de Milícias que assistem nas freguesias me remetessem uma lista de todos os que achassem nelas, declarando a ocupação que cada um tivesse e o exercício em que se empregava, porém a larguesa e vastidão deste País não deu lugar a que me chegasse até agora muita parte das sobreditas listas, não cabendo no breve tempo que media entre o chegar a Frata e voltar para esse Reino que apenas si contam dores meles, porque ainda que sejam três os que ordinariamente faz de demora no Rio de Janeiro para os habitantes destas Minas não se deve contar assim sendo-lhe necessário para receber as cartas e mandarem as respostas delas, ao menos um mês de dilação sendo esta a causa, porque muitas vezes se retardam as informações e se demoram as diligências que V. Mag.e manda fazer.

Das listas que remeto a V. Mag.e e segundos os negros e mulatos forros que se expressam nelas se pode fazer um compacto prudencial dos mais que poderão (66) haver nestas Minas e ainda que não sejam poucos, como a maior parte deles se acham ocupados nos officios mecânicos que exercitam nas lavras e roças, em que trabalham e alguns, sendo suas as ___ se reduz a muito menor número do que se imaginava os ociosos e vadios e para remediar as desordens que podem causar ordenei aos officiais dos Arraiais e freguesias desse Governo que todas as vezes que alguns dos sobreditos cometessem delitos o dessem escândalo, mas remetessem presos a esta Vila para que avisando-se aqui melhor a sua culpa se extermine desse Governo mandando-os para a Colônia ou para qualquer outra parte que parecer conveniente e esta é a providência que me parece se pode dar por ora atendendo ao estado presente nesta matéria sobre a qual resolverá V. Mag. E o mais que julgar conveniente ao seu Real serviço.

Vila Rica 10 de Março de 1734”

Câmara (forros)

Mariana

Cx.: 67, Doc.: 61

05/05/1755

(482)

“Senhor

Expõem na presença de V. Mag.e F. os officiais da Câmara da cidade de Mariana os contínuos incômodos e desassocegos que experimentam os vassallos de V. Mag.e F. deste termo, e mais comarcas deste Estado do Brasil pela imensidade que nela há de negros, negras e mulatos forros por esta razão contínuos os insultos que fazem os negros fugidos, não só nos viandantes, mas sim também nos moradores existentes nas suas casas com roubos de suas fazendas, vidas e honras, servindo-lhes aqueles (como em tudo semelhantes

a estes) de darem saída ao que roubam, dando-lhes todo o necessário para o poderem fazer; como são armas, pólvora e chumbo, tudo o mais o que tem precisão. E sem embargo que o zelo dos governantes e mais justiças de V. Mag.e F. senão descuidam de darem a providência que julgam necessária para evitar semelhantes ruínas e castigar com rigoridade (?) os cúmplices que acham nestes delitos, contudo sempre os vimos continuados e repetidos, e só terão fim mandando V. Mag.e F. se não dê mais alforrias a negros, negras e mulatos pelos meios que nestes Estados se usam; que são os de comprarem negras e destas utilizarem-se alguns anos e findos estes, arbitrando-lhe avultado preço ao seu valor, e mandar-lhe procure dentro de tempo que se ajustam, o que fazem por termos indecorosos ao Serviço de D.s e de V Mag.e F., pois com o interesse da sua liberdade a tudo se sujeitam, vivendo entre católicos, como se ainda estivessem nas suas gentilidades, vindo a ficar M(?) do desagrado de D.s aquela mesma que se devia respeitar por boa se fosse fundada na caridade e não na conveniência própria, como são todas as alforrias que nestes Estados se fazem de que presente monte resulta dano aos vassallos de V. Mag.e F. e poderá ser maior para o futuro pelas circunstâncias que podem sobrevir de tantas liberdades, se a piedade de V. Mag.e F. lhe não der providência necessária, mandando se não forrem mais negros, negras e mulatos por semelhantes modos, mas sim querendo alguém fazer seja gratuitamente, por esmola ou pelos bons serviços que os escravos tenham feito, extinguindo-se de todo esta má introdução s Mapada com título de caridade, em que os senhores dão licença a seus escravos para procurarem o seu valor sem mais agencia para poderem adquirir, do que a soltura do seu mal viver com escândalo, tanto das leis Divinas, como das de V. Mag.e F. Também suplicamos a V. Mag.e F. seja servido mandar que em cada freguesia haja um livro e nele assentados todos os forros de qualquer qualidade ou sexo, que sejam e que querendo alguns destes ir de uma para outra freguesia o não possa fazer sem levar escrito de alguma pessoa da freguesia de que vai e sendo para prezistir de

morada em outra qualquer, será obrigado a dar entrada para se lhe fazer assento no livro para evitar a grande confusão, com que muitos se querem introduzir forros não o sendo, de que tem sucedido andarem anos e anos com este título, sendo cativos, o que não sucederá, se houver a prevenção em aparecendo algum desconhecido de que se lhe procure a carta de alforria ou outro qualquer instrumento por onde mostre é livre, e do contrário segurar-se até o verdadeiro conhecimento proibindo-lhe toda qualidade de armas, não só para o seu uso preciso, mas sim também, de que as não possam ter em suas casas por não socorrerem com elas os negros fugitivos, todas as vezes que estes carecem delas. Também é justo que haja alguma providência para se castigar com castigo maior que o comum os escravos que costumam fugir para a vista dele se abstenham e sirva o exemplo de uns de terror a outros, mandando-lhe picar por cirurgião um nervo que tem no pé de forma que sempre possam servir aos senhores e só tenham o embaraço de não poderem correr, o que alguns senhores costumam fazer e não o fazem todos por temor da Justiça de V. Mag.e o que se deve entender andando fugido para cima de seis meses, ou achando-se em quilombo e que os Ministros tomem conta disto em ato de correção, perguntando se os senhores faltam a fazer este castigo pois com ele se evitará muitas ruínas que sempre costumam suceder. D. s G.de a bugusta e Real Pessoa de V. Mag.e F. por muitos anos. Mariana em Câmara de 5 de maio de 1755.”

-Fim –

Câmara (forros)

Mariana

Cx.: 67, Doc.: 65

05/05/1755

pág. 499 e 500 Cópia do documento anterior

Cx.: 67, Doc.: 61

“Ill.mo Snr. Governador, Dizem os moradores da freguesia Inficinado que sendo vassalos de S. Mag.e F. vivem com vexame grande e ___ a várias desordens que na dita freguesia costumam suceder do pouco zelo das Justiças do dito Senhor em impedi-los e fomentadas por sessenta vendas de negros forros e alguns brancos avarentos e estes e estas capeadores dos insultos / roubos que por ali se fazem e ofenças de Deus e tendo-se em outro tempo representado estes ao Doutor Juiz de Fora de Mariana respondeu daria parte a V. Senhoria para mandar aos oficiais de milícia as ordens convenientes por não haver na dita freguesia cheia de mulatos forros e negras forras digo cabras negros, mulatos e negras forras mal procedidas e alem deste _ gênero de pessoas negras cativas que se tem visto com armas defesas, a exemplo daqueles que mostram temor pouco as leis de S. Mag.e não observando-as e que muito se pelas leis Divinas atropelam com tanto escândalo de povo estes acontecimentos e desordens tem V. Senhoria como Governador e supremo nesta terra obrigação por serviço de Deus e de S. Mag.e F. de obviar ordenando aos oficiais de milícia façam principalmente nos Domingos e dias Santos e festas principais rondas e achando alguma pessoa com pistolas debaixo do braço, ao cinto e _ facas de ponta, ou em casa destas mulheres mal procedidas sejam presas e remetidas a ordem de V. Senhoria com informação de como foram achadas e na falta de V. Snr.ia ao Juiz de fora a quem V. Snr.iª deixará especial recomendação.”

Câmara de V^a Rica (acerca dos escravos fugitivos)

Vila Rica

Cx.: 80, Doc: 46

16/06/1762

p. 365

“Muito alto, Poderoso Rei, e Nosso Senhor

O presente dano e futuro risco em que os Moradores destes Minas estão sentindo no grande número de negros fugitivos nos faz senhor, representar a V. Mag.e, parece um bem acertado remédio, que sem dúvida facultado cessarão os contínuos roubos, infinitas mortes, os Moradores descansados, e as estradas sem risco. O remédio, senhor é fácil, e a sua execução sem peso aos vassallos do Continente. Mandando V. Mag.e que as Companhias de Ordenança nos seus distritos uma vez ou duas cada mês em os mesmos dias em cada termo e comarca assaltem e procurem as matas as quartinando cada uma na freguesia respectiva, tomadas as estradas sem dúvida serão todos os negros fugitivos e malfeitores presos ou mortos, quando se não entreguem, porque se acaso algum escapasse de alguma freguesia caía na outra, aonde ao mesmo tempo achava gente armada de quem facilmente não podia escapar e castigados com a pena respectiva aos delitos, e pela terceira vez pena Capital só pelo crime da fugida: parece, Senhor, se extinguirão os ladrões, não haveriam negros fugidos e finalmente estariam os vassallos de V. Mag.e sucegados, os caminhos desembaraçados e as famílias sem risco: Parece senhor, que para a execução da infalível providência que os povos destas Minas esperam da suma e incomparável piedade de V. Mag.e, deve o Governador da Capitania ou na sua falta o Corregedor da Capitania assinalar o dia em que as Companhias hão de esquartinar as suas respectivas freguesias, ficando em segredo inviolável até a sua execução: Este remédio suplicamos a V. Mag.e para nosso descanso e conservação do Estado, que sem dúvida é ponderável crescendo o número de negros fugitivos: Vossa Mag.e como Rei, como Pai nos deve socorrer com o ponderado remédio ou com aquele que for mais agradável a V. Mag.e em aumento dos vassallos deste Continente, que em tudo seremos os mais fieis e prontos em observar as Reais ordens de V. Mag.e que D. G. de infinitos anos. Vila Rica em Câmara 16 de Junho de 1762”.

Anexo 3

**PROPOSTA DE TRABALHO APRESENTADA A ALUNOS DE ESCOLAS DE
JUIZ DE FORA E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA PARA
OBTENÇÃO DO *CORPUS* NECESSÁRIO PARA O ESTUDO APRESENTADO:**

PRODUÇÃO DE TEXTO

Anexo 4

REDAÇÕES ANALISADAS AO LONGO DO TRABALHO

2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ACADEMIA DE COMÉRCIO

2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO JOÃO XXIII

2º PERÍODO DO CURSO DE LETRAS

8º PERÍODO DO CURSO DE LETRAS

Anexo 5

QUESTIONÁRIO APLICADO A PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Preencham, por favor, o questionário que se segue:

Nome _____ do
 professor: _____
 Idade: _____ Formação
 profissional: _____
 Condição socioeconômica (classe A, B,
 C): _____
 Tempo de docência: _____ Com qual (quais) turma (s) trabalha?

Vale lembrar que seus nomes e dados pessoais serão mantidos em absoluto sigilo, sendo utilizados somente como variantes para verificar os resultados da pesquisa.

Os trechos abaixo foram retirados de produções de alunos de várias séries, incluindo ensino fundamental, médio e universitário. Foi pedido aos alunos que fizessem um texto sobre a questão da inclusão dos deficientes físicos no ambiente escolar, propondo, se possível, sugestões para o problema levantado.

Gostaria de pedir aos colegas que indicassem qual (ou quais) correção (ões) fariam nos referidos trechos, sejam elas sintáticas, morfológicas ou ortográficas. Não é necessário justificar, apenas indicar qual seria a opção julguem adequada.

“Um dia eu estava indo ao supermercado quando vi uma moça que era deficiente visual; ela estava parada esperando alguém para atravessa-lá, então eu me aproximei dela e perguntei:

_ Você precisa de ajuda para atravessar a rua, ela falou:

_ Sim minha filha, se você puder fazer esse favor eu le agradeceria”. (L, F, 6ª série do ensino fundamental, JXXIII)

“O legislativo devia criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço físico, no entanto essa questão tem andado muito pouco e desmotivando aqueles que necessitam dessas mudanças para viver em sociedade”. (R, F, 2º ano do ensino médio, JXXIII)

“Essas adaptações espaciais, obviamente é um processo demorado, no entanto deviam ser iniciados em estabelecimentos públicos, porque são nesses lugares que existe uma demanda muito grande de pessoas, sejam portadoras de necessidades especiais ou não”. (N, F, C, 2º período, UFJF)

“Mas ainda muito poderia ser feito; as salas de aula das escolas poderiam ter um seu espaço rearranjado, os professores deviam ser orientados para tratar adequadamente os alunos deficientes e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos deviam ser acostumadas a conviver bem com eles”. (L, F, B, 2º período, UFJF)

“Subseqüentemente, a precariedade educacional reflete o descaso governamental, que também se reflete nos baixos salários e na péssima formação dos professores, que deveriam no mínimo, para uma escola inclusiva, aprender braile e libras, ainda assim, para atender a mesma diminuta parcela da sociedade”. (A, M, 8º período, UFJF)

Anexo 6

QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS AO LONGO DO TRABALHO

Preencham, por favor, o questionário que se segue:

Nome do professor: E.

Idade: 25 anos

Formação profissional: Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura

Condição socioeconômica (classe a, b, c): c

Tempo de docência: 4 anos Com qual (quais) turma (s) trabalha? 5^a. Ensino Fundamental; 1^o., 2^o., 3^o. Ensino Médio.

Vale lembrar que seus nomes e dados pessoais serão mantidos em absoluto sigilo, sendo utilizados somente como variantes para verificar os resultados da pesquisa.

Os trechos abaixo foram retirados de produções de alunos de várias séries, incluindo ensino fundamental, médio e universitário. Foi pedido aos alunos que fizessem um texto sobre a questão da inclusão dos deficientes físicos no ambiente escolar, propondo, se possível, sugestões para o problema levantado.

Gostaria de pedir aos colegas que indicassem qual (ou quais) correção (ões) fariam nos referidos trechos, sejam elas sintáticas, morfológicas ou ortográficas. Não é necessário justificar, apenas indicar qual seria a opção julguem adequada.

“Um dia(.) eu estava indo ao supermercado(.) quando vi uma moça que era deficiente visual;(.) (E)ela estava parada esperando alguém para atravessa(á)-lá(a),(.) (E)então, eu me aproximei dela e perguntei:

_ Você precisa de ajuda para atravessar a rua,(?)

(E)ela falou:

_ Sim(.) minha filha, se você puder fazer esse favor(,)eu l(h)e agradeceria” . (L., f., 6^a série do ensino fundamental, pb.)

“O legislativo dev(er)ia criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço físico, no entanto(.) essa questão tem andado muito pouco e desmotivando aqueles que necessitam dessas mudanças para viver em sociedade”. (R., f., 2^o ano do ensino médio, pb.)

“Essas adaptações espaciais, obviamente(.) (são) é um processo demorado, no entanto(.) dev(er)iam ser iniciad(a)os em estabelecimentos públicos, porque(.) são nesses lugares(.) que existe uma demanda muito grande (circulação) de pessoas, sejam portadoras de necessidades especiais ou não”. (N., f., 2^o período, UFJF)

“Mas ainda muito poderia ser feito;(;) as salas de aula das escolas poderiam ter um seu espaço rearranjado, os professores dev(er)iam ser orientados para tratar adequadamente os alunos deficientes(.) e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos dev(er)iam (aprender) ser acostumadas a conviver bem com eles”. (L., f., b, 2^o período, UFJF)

“Subseqüentemente, a precariedade educacional (é reflexo) reflete (d)o descaso governamental,(;) que também se reflete n(d)os baixos salários(;) e n(d)a péssima formação dos professores, que deveriam no mínimo, para uma escola inclusiva, aprender braille e libras, ainda assim, para atender a mesma diminuta parcela da sociedade”. (A., m., 8^o período, UFJF)

Preencham, por favor, o questionário que se segue:

Nome do professor: R.

Idade: 24 Formação profissional: Mestre em Letras - Lingüística

Condição socioeconômica (classe a, b, c): b/c.

Tempo de docência: 3,5 anos

Com qual (quais) turma (s) trabalha? Ensino Médio (Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo) e também Universitários.

Vale lembrar que seus nomes e dados pessoais serão mantidos em absoluto sigilo, sendo utilizados somente como variantes para verificar os resultados da pesquisa.

Os trechos abaixo foram retirados de produções de alunos de várias séries, incluindo ensino fundamental, médio e universitário. Foi pedido aos alunos que fizessem um texto sobre a questão da inclusão dos deficientes físicos no ambiente escolar, propondo, se possível, sugestões para o problema levantado.

Gostaria de pedir aos colegas que indicassem qual (ou quais) correção (ões) fariam nos referidos trechos, sejam elas sintáticas, morfológicas ou ortográficas. Não é necessário justificar, apenas indicar qual seria a opção julguem adequada.

“Um dia eu estava indo ao supermercado quando vi uma moça que era deficiente visual; ela estava parada esperando alguém para atravessa-lá, então eu me aproximei dela e perguntei:

_ Você precisa de ajuda para atravessar a rua, ela falou:

_ Sim minha filha, se você puder fazer esse favor eu le agradeceria”. (L., f., 6ª série do ensino fundamental, pb.)

Eu corrigiria a pontuação depois da palavra “visual”; a acentuação da palavra “atravessá-la”; a transposição de discurso direto para o indireto em “ela falou”; a pontuação (vírgula) entre as palavras “sim” e “minha filha” e também a ortografia do pronome “lhe”.

“O legislativo devia criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço físico, no entanto essa questão tem andado muito pouco e desmotivando aqueles que necessitam dessas mudanças para viver em sociedade”. (R., f., 2º ano do ensino médio, pb.)

Eu corrigiria, nesse trecho, a seleção da palavra “andado”, assim como a falta de paralelismo sintático promovido pela palavra “desmotivando”.

“Essas adaptações espaciais, obviamente é um processo demorado, no entanto deviam ser iniciados em estabelecimentos públicos, porque são nesses lugares que existe uma demanda muito grande de pessoas, sejam portadoras de necessidades especiais ou não”. (N., f., 2º período, UFJF)

Nesse excerto, eu corrigiria a falta de concordância do verbo *ser* (em “essas adaptações espaciais (...) é um processo”); a falta de concordância do adjetivo “iniciados” (que se refere a “adaptações”). Além disso, eu sugeriria a exclusão da

expressão “ou não” do trecho, uma vez que adaptações espaciais só seriam necessárias para portadores de necessidades especiais.

“Mas ainda muito poderia ser feito; as salas de aula das escolas poderiam ter um seu espaço rearranjado, os professores deviam ser orientados para tratar adequadamente os alunos deficientes e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos deviam ser acostumadas a conviver bem com eles”. (L., f., 2º período, UFJF)

Aqui, eu sugeriria os dois-pontos em lugar do ponto-e-vírgula, corrigiria o artigo indefinido antes do pronome possessivo “seu”, assim como orientaria esse(a) aluno(a) a manter o eixo de coerência nesse período, isto é, se ele (ou ela) começou usando o tempo verbal – futuro do pretérito, “poderia” – indicador de condição e/ou hipótese, que o faça em todo o trecho, substituindo o imperfeito “deviam” por “deveriam”.

“Subseqüentemente, a precariedade educacional reflete o descaso governamental, que também se reflete nos baixos salários e na péssima formação dos professores, que deveriam no mínimo, para uma escola inclusiva, aprender braile e libras, ainda assim, para atender a mesma diminuta parcela da sociedade”. (A., m., 8º período, UFJF)

Nesse trecho, eu chamaria a atenção do(a) aluno(a) para o eco existente entre as palavras “educacional” e “governamental”. Corrigira o termo “ainda assim”, sobre o qual não vejo propósito de aplicação. Destacaria também o termo “diminuta”, não corrigindo, mas pedindo ao(à) aluno(a) que explicitasse o que ela está realmente dizendo com esta palavra.

Preencham, por favor, o questionário que se segue:

Nome do professor: L.

Idade:26 Formação profissional: Letras UFJF

Condição socioeconômica (classe a, b, c): c

Tempo de docência:1 mês Com qual (quais) turma (s) trabalha? 5ª e 7ª séries do ensino fundamental

Vale lembrar que seus nomes e dados pessoais serão mantidos em absoluto sigilo, sendo utilizados somente como variantes para verificar os resultados da pesquisa.

Os trechos abaixo foram retirados de produções de alunos de várias séries, incluindo ensino fundamental, médio e universitário. Foi pedido aos alunos que fizessem um texto sobre a questão da inclusão dos deficientes físicos no ambiente escolar, propondo, se possível, sugestões para o problema levantado.

Gostaria de pedir aos colegas que indicassem qual (ou quais) correção (ões) fariam nos referidos trechos, sejam elas sintáticas, morfológicas ou ortográficas. Não é necessário justificar, apenas indicar qual seria a opção julguem adequada.

“Um dia eu estava indo ao supermercado quando vi uma moça que era deficiente visual; ela estava parada esperando alguém para atravessa-lá, então eu me aproximei dela e perguntei:

_ Você precisa de ajuda para atravessar a rua, ela falou:

_ Sim minha filha, se você puder fazer esse favor eu le agradeceria”. (L., f., 6ª série do ensino fundamental, pb.)

Corrigiria a pontuação (Você precisa de ajuda para atravessar a rua? - Ela falou.), a acentuação do verbo ajudá-la e a grafia do pronome lhe, apenas para que o aluno se lembre da norma padrão, sem que isso interferisse na nota, porque o texto está bem escrito, coeso e coerente.

“O legislativo devia criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço físico, no entanto essa questão tem andado muito pouco e desmotivando aqueles que necessitam dessas mudanças para viver em sociedade”. (R., f., 2º ano do ensino médio, pb.)

Corrigiria o modo verbal desmotivando para desmotivado (do gerúndio para o particípio), para manter a coerência textual, e solicitaria que o aluno substituísse o verbo andado por outro de sentido semelhante na frase, como evoluído, por exemplo, para evitar expressões mais próximas da linguagem coloquial. Mais uma vez, tais correções seriam feitas no intuito de mostrar ao aluno a norma, mas na minha opinião isso não deve interferir na nota, já que as idéias estão bem encadeadas e o texto apresenta coesão.

“Essas adaptações espaciais, obviamente é um processo demorado, no entanto deviam ser iniciados em estabelecimentos públicos, porque são nesses lugares que existe uma demanda muito grande de pessoas, sejam portadoras de necessidades especiais ou não”. (N., f., 2º período, UFJF)

Mudaria a primeira linha para "Essas adaptações espaciais representam um processo demorado que devia ser iniciado em estabelecimentos públicos (...)", para dar mais coerência ao texto.

“Mas ainda muito poderia ser feito; as salas de aula das escolas poderiam ter um seu espaço rearranjado, os professores deviam ser orientados para tratar adequadamente os alunos deficientes e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos deviam ser acostumadas a conviver bem com eles”. (L., f., b, 2º período, UFJF)

Apenas eliminaria a palavra um, na primeira linha.

“Subseqüentemente, a precariedade educacional reflete o descaso governamental, que também se reflete nos baixos salários e na péssima formação dos professores, que deveriam no mínimo, para uma escola inclusiva, aprender braile e libras, ainda assim, para atender a mesma diminuta parcela da sociedade”. (A., f., 8º período, UFJF)

O texto apresenta idéias relacionadas de modo um tanto quanto confuso; pediria que o aluno reescrevesse o texto, evitando repetições (reflete - se reflete) e escolhendo melhor os articuladores lógicos a serem usados, para melhorar a coesão.

Preencham, por favor, o questionário que se segue:

Nome do professor: F.

Idade: 26 _____ Formação profissional: Graduação em Letras/Português

Condição socioeconômica (classe a, b, c): c

Tempo de docência: 2 anos Com qual (quais) turma (s) trabalha? Inglês/ExtensãoUFJF e Cursinho popular pré-vestibular

Vale lembrar que seus nomes e dados pessoais serão mantidos em absoluto sigilo, sendo utilizados somente como variantes para verificar os resultados da pesquisa.

Os trechos abaixo foram retirados de produções de alunos de várias séries, incluindo ensino fundamental, médio e universitário. Foi pedido aos alunos que fizessem um texto sobre a questão da inclusão dos deficientes físicos no ambiente escolar, propondo, se possível, sugestões para o problema levantado.

Gostaria de pedir aos colegas que indicassem qual (ou quais) correção (ões) fariam nos referidos trechos, sejam elas sintáticas, morfológicas ou ortográficas. Não é necessário justificar, apenas indicar qual seria a opção julgarem adequada.³⁷

“Um dia eu estava indo ao supermercado quando vi uma moça que era deficiente visual; ela estava parada esperando alguém para atravessá-la³⁸, então eu me aproximei dela e perguntei:

_ Você precisa de ajuda para atravessar a rua³⁹, ela falou:

_ Sim minha filha, se você puder⁴⁰ fazer esse favor eu le⁴¹ agradeceria”. (L., f., 6ª série do ensino fundamental, Jpb.)

“O legislativo devia⁴² criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço físico, no entanto essa questão tem andado muito⁴³ pouco e desmotivando aqueles que necessitam dessas mudanças para viver em sociedade”. (R., f., 2º ano do ensino médio, pb)

“Essas adaptações espaciais, obviamente⁴⁴ é⁴⁵ um processo demorado, no entanto deviam⁴⁶ ser iniciados em estabelecimentos públicos, porque são nesses lugares que existe uma demanda muito grande de pessoas, sejam portadoras de necessidades especiais ou não”. (N., f., c, 2º período, UFJF)

“Mas ainda muito poderia ser feito; as salas de aula das escolas poderiam ter um⁴⁷ seu espaço rearranjado, os professores deviam⁴⁸ ser orientados para tratar adequadamente os

³⁷ Gostaríamos de salientar que, a partir daqui, todas as notas são do professor participante de nossa pesquisa, que preferiu indicar suas propostas de correção através de notas.

³⁸ Troca da posição do acento

³⁹ aspas

⁴⁰ Forma verbal inadequada para uma construção condicional com futuro do pretérito. Poderia ser: “se vc puder fazer esse favor, eu lhe agradecerei.

⁴¹ Deveria ter usado o dativo illi>lhe

⁴² Usar futuro do pretérito: “deveria”

⁴³ “questão” não anda

⁴⁴ Falta vírgula

⁴⁵ Verbo deve concordar com o sujeito

⁴⁶ Usar futuro do pretérito: “deveria”

⁴⁷ retirar

⁴⁸ Idem 36 e 40

alunos deficientes e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos deviam⁴⁹ ser acostumadas a conviver bem com eles”. (L., f., b, 2º período, UFJF)

“Subseqüentemente, a precariedade educacional reflete o descaso governamental, que também se reflete nos baixos salários e na péssima formação dos professores, que deveriam⁵⁰ no mínimo, para uma escola inclusiva, aprender braile e libras, ainda assim, para atender a mesma diminuta parcela da sociedade”. (A., m., 8º período, UFJF)

⁴⁹ Ibidem 36, 40 e 42

⁵⁰ vírgula

